

Fundação Getúlio Vargas

Escola de Administração de Empresas de São Paulo

Beatriz Junqueira Kipnis

Orientador: Marcus Vinícius Peinado Gomes

Co-orientador: Fernando Burgos Pimentel dos Santos

**Mulheres em situação de vulnerabilidade social:
Contextos, Construção Simbólica e Políticas Públicas**

SÃO PAULO

2015

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Referencial Teórico.....	8
2.1. Políticas Públicas.....	8
2.1.1. O que são Políticas Públicas e quais os seus processos?	8
2.1.2. O que e quem está incluso no “público” tratado pelas Políticas Públicas?	10
2.1.3. A produção de conhecimento e a importância das práticas cotidianas	12
2.2. Contextos: Onde as Políticas Públicas acontecem?.....	17
2.3 Gênero, Machismo e Violência de Gênero.....	18
3. Metodologia.....	23
3.1. Realismo Crítico e a Violência de Gênero.....	23
3.2 Análise Crítica do Discurso.....	27
3.3. A emancipação como chave entre as esferas.....	32
3.4. A pesquisa de campo e a coleta de dados.....	34
4. A Análise.....	38
4.1. As políticas públicas de violência de gênero no Brasil.....	38
4.2. Contextualização da Análise.....	41
4.3. Manifestações Discursivas da Estrutura Social.....	43
4.4. Elementos Extra-discursivos.....	52
5. Considerações Finais.....	64
5.1. Implicações para a Prática.....	68
5.2. Limitações da Pesquisa.....	69
6. Referências Bibliográficas	70
7. Anexos	74

Meus sinceros agradecimentos aos meus orientadores, Professores Marcus Vinicius Gomes e Fernando Burgos, pelo conhecimento e amizade passados durante a pesquisa e por me desafiaram intelectualmente nesse trabalho. Aos meus pais, Ana Paula e André, que desde pequena me mostraram a beleza da pesquisa. E ao Patrick, pela mão estendida cotidianamente.

1. Introdução

A violência contra a mulher é um problema que atinge o Brasil com números desastrosos. Segundo estudo do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas (LAESER, 2014), em 2012 houve 103.794 mil notificações de mulheres que sofreram violência doméstica, sexual, dentre outras. Entre 2011 e 2012, 30.607 mulheres sofreram violência sexual, dentre as quais 22.884 mulheres foram vítimas de estupro (LAESER, 2014), o que significa 62 mulheres estupradas por dia ou 2,61 mulheres estupradas por hora.

Houve mudanças significativas em termos dos aparatos legais disponíveis para combater a violência de gênero e conseqüentemente um movimento de expansão de instituições ligadas a esse trabalho, como delegacias especializadas e organizações específicas para mulheres. No entanto, nos pareceu que esse avanço ainda não leva em consideração uma possível diferença entre violência de gênero em contextos agrícola e urbano.

A premissa da pesquisa era que as mulheres em situação de violência nessas regiões agrícolas ficam mais escondidas – ou invisíveis – às ações do poder público. Também parece que outras lógicas permeiam esse *lugar*, fazendo com que a situação das mulheres vítimas da violência seja diferente daquelas que habitam regiões mais urbanizadas e, portanto, criando práticas diferentes que influenciam e são influenciadas pelas políticas públicas que pretendem abordar o problema. Esse problema está presente nas áreas urbana e agrária do Brasil, porém a quase totalidade dos dados produzidos sobre o tema estão concentrados na área urbana, sobretudo porque não há nenhuma coleta de dados específica para a área agrária e, na coleta comum, esta área apresenta muita subnotificação.

Corroborando com esta ausência nas políticas públicas, há também uma lacuna na literatura sobre violência contra a mulher no que tange as diferenças entre violência de gênero nos contextos urbano e agrícola. Além disso, ausência de dados públicos sobre a violência de gênero no ambiente agrícola reforçam a ideia da invisibilidade desta questão. É esta aparente tensão que motivou essa pesquisa sobre a

existência dessas diferenças e se os aparatos estatais levam ou não em conta as mesmas na hora de elaborar e implementar políticas públicas para combater a violência de gênero. Dessa maneira, a pergunta que orientou esse trabalho é: os contextos agrícola e urbano influenciam a construção de políticas públicas para mulheres em situação de violência?

Por meio de uma análise crítica do discurso, analisamos os sentidos sobre violência contra a mulher e as políticas públicas relacionadas a este tema. Constatamos que este problema público está em constante negociação, sendo que os sentidos do que é violência de gênero, quais são suas causas e quais são os caminhos para combatê-la são sentidos construídos e reconstruídos pelos formuladores, implementadores e stakeholders diversos, como ONGs e sociedade civil.

Nesse sentido, substanciando as políticas públicas há uma negociação de sentido sobre a violência contra a mulher. O tema entra na agenda nos anos setenta, pelo alto número de assassinatos de mulheres, e começa a acontecer uma renegociação de sentidos quanto à violência contra a mulher, que antes era vista como um problema da esfera privada e passa a ser enfrentada como um problema público (BANDEIRA, 2014). Já em 1985, as Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres são criadas pela nova negociação de que esse problema precisava ser tratado por mulheres. E somente em 2005, depois de diversas negociações e mudanças legais, foi criada a Lei Maria da Penha, como resultado dessas ressignificações do problema. As mudanças jurídicas como a Lei Maria da Penha estão trazendo mudanças graduais importantes. Porém, ainda existe uma distancia entre a lei e os elementos práticos que acabam reproduzindo a estrutura social machista todavia presente na sociedade brasileira.

Apesar do grande avanço na questão, a questão rural permanece como um grande silêncio, sendo que a ausência de dados sobre o contexto rural dificulta a melhor compreensão destas relações sociais. Esta é uma limitação da pesquisa, uma vez que prejudicou uma análise mais profunda sobre o contexto agrícola. Assim, uma recomendação desta pesquisa para a administração pública é a produção de pesquisas e dados sobre o tema, de forma a subsidiar o debate público e a consequente elaboração de políticas públicas.

Nesse sentido, este trabalho busca contribuir iniciando uma discussão acerca da invisibilidade das mulheres em contextos agrícolas e da especificidade das manifestações do machismo nesse contexto. Fica evidente ao longo do trabalho a necessidade de gerar dados sobre violência de gênero nas áreas agrícolas afim de que o problema possa ser melhor compreendido e também de se aprofundar políticas públicas que atendam essa população para que os profissionais da temática de gênero comecem a entender melhor o problema da violência de gênero em áreas agrícolas, levando a mais e melhores políticas públicas para atender a essa população.

Os achados da pesquisa mostraram que não há grande diferença nos elementos discursivos em relação aos contextos urbano e agrícola, porém existe uma diferença nas manifestações do discurso em ação e seus elementos extra-discursivos. Com essa conclusão, temos evidências de que a estrutura social do machismo permeia ambos contextos agrícola e urbano, porém pode ser manifestado de maneiras distintas, apesar da uniformidades dos discursos de quem trabalha em organizações voltadas para o combate à violência de gênero. Tal distinção seria suficiente para a existência de políticas públicas distintas, já que o machismo se manifesta de maneiras distintas. Para chegar a essas considerações, a pesquisa apresenta inicialmente uma revisão da literatura para delimitar o conceito de políticas públicas, de quem estamos falando enquanto “público”, como esse processo de significação está em negociação e o contexto em que ele se insere. A seguir, há uma discussão metodológica que busca delimitar o campo ontológico do trabalho, o Realismo Crítico, e em seguida expor as diferentes possibilidades epistemológicas e explicar a escolha da Análise Crítica do Discurso como maneira de estudar essa ontologia. A partir dessa especificação, traçamos os objetivos da pesquisa para então começarmos a pesquisa de campo em Goiás e em São Paulo. A próxima etapa consiste na análise do campo à luz da bibliografia e metodologia levantadas, afim de descrever o contexto dos formuladores e implementadores de políticas públicas para combater a violência de gênero. Nessa fase da pesquisa, como descrevemos na metodologia (seção 3) e nas análises do campo (seção 4), descobrimos como na prática a existência de soluções reais que levam em consideração as diferenças de violência contra a mulher nas zonas agrária e rural são muito poucas. Logo, a análise do discurso inclui ainda reflexões sobre essas

diferenças, no entanto, a seção que discorre sobre as soluções sendo formuladas ou implementadas se concentra mais nas áreas urbanas, uma vez que essa foi a realidade com a qual nos deparamos no campo. Por fim, encerramos discorrendo sobre os achados e contribuições desta pesquisa, assim como quais são os horizontes para novas pesquisas sobre o tema.

2. Referencial Teórico

2.1. Políticas Públicas

2.1.1. O que são políticas públicas e quais os seus processos?

Políticas públicas podem ser entendido como a soma de ações e decisões que ocorrem por parte de atores públicos – estatais ou não – e não públicos para resolver uma situação definida como um problema coletivo (SUBIRATS et al, 2012). Saravia (2006, P.29) define política pública como:

(...)um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Isso significa que política pública, através da ação ou inação, age com determinada finalidade, e isso ocorre através de um processo de definição de prioridades. Encontramos evidências ao longo da pesquisa de que esta inação é também uma escolha em relação ao problema da violência de gênero em áreas agrícolas. Os entrevistados em geral tinham tido pouco ou nenhum contato com mulheres de áreas agrícolas e se sentiam pouco à vontade para comentar sobre a violência contra mulheres nessas áreas. Nesse sentido, a falta de ação foi uma escolha política também, por decidir não se produzir dados acerca dessa violência – como será demonstrado, até há dois anos não havia nenhuma iniciativa especificamente direcionada para esse público. Enfim, o impacto disso é um ciclo vicioso, de falta de políticas públicas gerando falta de dados sobre o problema, que criam um discurso de justificativa para a inação.

Uma política pública passa por algumas etapas importantes, que são sistematizadas em fases, mas não ocorrem necessariamente em ordem cronológica e

podem ser simultâneas. De acordo com Saravia (2006), essas fases são: agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação. A agenda é a fase em que determinada situação se transforma em problema público (SARAVIA, 2006), ou seja, quando o Estado decide realizar alguma decisão pública sobre determinado problema, seja ela através da ação ou da omissão. A elaboração é quando são traçadas as diferentes alternativas de ação do Estado frente a esse problema (SARAVIA, 2006). Depois, a formulação é quando uma alternativa é escolhida e aprofundada para lidar com o problema (SARAVIA, 2006). Em seguida, acontece a implementação dessa alternativa, isto é, a preparação em termos de recursos materiais e humanos para realizar a política pública (SARAVIA, 2006). A execução por sua vez é a ação em si, a prática do planejamento realizado (SARAVIA, 2006). Depois, o acompanhamento é o monitoramento da política pública enquanto ela está em fase de execução, para poder fazer alterações se necessárias e corrigir o rumo de acordo com os objetivos pretendidos (SARAVIA, 2006). Por fim, a avaliação é a verificação do desempenho da política pública depois que ela foi executada, e pode ser medida em termos de eficiência, eficácia e efetividade.

É importante ressaltar que todas as etapas das políticas públicas são influenciadas pelo discurso, uma vez que política pública não é o resultado de uma análise meramente racional e científica, e sim influenciada por julgamentos de valor e significados atribuídos aos problemas públicos, embora a política pública aconteça através dessas etapas, a política se realiza na negociação dos significados. Saravia (2006) ressalta, nesse sentido, a importância das instituições no processo das políticas públicas, como podemos perceber no trecho:

Os estudos de política pública mostram a importância das instituições estatais tanto como organizações, pelas quais os agentes públicos (eleitos ou administrativos) perseguem finalidades que não são exclusivamente respostas a necessidades sociais, como também configurações e ações que estruturam, modelam e influenciam os processos econômicos com tanto peso, como as classes e os grupos de interesse. (SARAVIA, 2006, p. 37)

Ou seja, as políticas públicas são produzidas dentro de um contexto organizacional que influencia o desenho e o resultado que se atinge com uma política pública.

2.1.2. O que e quem está incluso no “público” tratado pelas políticas públicas?

Como vimos na seção anterior, existe uma negociação sobre a definição o que são problemas públicos e decidir, a partir da definição do problema, como serão combatidos. Nesse sentido, uma das questões que vêm à tona na delimitação do problema é a negociação do sentido de ‘público’, uma vez que este não é um conceito consensual, se tratando de um sentido também em disputa (FREDERICKSON, 1991). Algumas perspectivas diferentes são possíveis para ressaltar a multiplicidade de interpretações diferentes do que é entendido como público. De acordo com Frederickson (1991), as principais perspectivas são: pluralista, do *public choice*, legislativa, do cliente e cidadã.

A perspectiva pluralista é aquela que entende como público a manifestação da interação entre grupos de interesses que disputam o poder político (FREDERICKSON, 1991). Esses grupos seriam meras agregações de pessoas com interesses individuais, sendo o interesse de cada grupo a aglomeração dos interesses particulares dos participantes. Em decorrência da disputa entre grupos de interesse, o interesse público seria o grupo que vencesse tal luta. Frederickson (1991) ressalta como risco dessa perspectiva que o interesse público resultante da disputa de grupos de interesse não seja a representação efetiva, tanto dos indivíduos dentro dos grupos, quanto daqueles que não fazem parte de grupos por não serem interessantes politicamente ou economicamente para tais aglomerações.

Por sua vez, a perspectiva do *public choice* mantém a ideia pluralista de que um grupo é só uma agregação de pessoas e que, portanto, o indivíduo faz um cálculo racional para aumentar sua eficiência no setor público (FREDERICKSON, 1991). Isso implica em uma visão dos servidores públicos como maximizadores de interesses particulares e que não estariam interessados em maximizar o interesse coletivo. Enfim, essa visão entende o público e o seu interesse como o do maior número de

pessoas, sendo utilitarista e, conseqüentemente, gerando a exclusão de quem não tem recursos para fazer a escolha pública e a desconfiança nas motivações dos governantes.

Já a perspectiva legislativa é aquela em que os administradores públicos operam o que é decidido pelo legislativo (FREDERICKSON, 1991). Este por sua vez seria a arena de representação legítima do interesse público. O autor (FREDERICKSON, 1991) ressalta, entretanto, que, na prática, as leis são ambíguas e permitem interpretações diferentes por parte dos administradores públicos. Além disso, há um conflito de força em relação ao que é exigido pelo executivo que os administradores públicos executem em detrimento do legislativo. No mais, há outro dilema nessa concepção porque representação não é algo que se encerra no legislativo, havendo outras arenas representativas como os grupos de interesse anteriormente citados.

Outra visão possível é de público como cliente, em que os indivíduos são consumidores dos serviços públicos. Isso implica no contato direto entre clientes e burocratas de nível de rua, o que leva ao impasse de que os burocratas precisam colocar as necessidades dos clientes como mais importantes e, ao mesmo tempo, precisam ser imparciais, impessoais (FREDERICKSON, 1991). Além disso, falta verba para que a qualidade e quantidade dos serviços públicos oferecidos atendam às demandas dos clientes. De acordo com Frederickson (1991), essa perspectiva seria fraca porque clientes não conseguem funcionar como público, isto é, cada indivíduo agindo como cliente não se articula enquanto grupos para defender seus interesses e os burocratas podem se organizar enquanto grupo de interesse e conseguir suplantar os clientes.

Por fim, podemos enxergar o público como cidadão, o que significa que o público tem interesse próprio e coletivo (FREDERICKSON, 1991). Essa visão implica no papel da Administração Pública de colocar em prática os valores definidos por uma constituição. No entanto, essa perspectiva não enxerga o legislativo como arena de representação final dos interesses públicos, sendo que todos são cidadãos e devem ser contemplados pela administração pública, sendo ou não minorias. Então, faria parte do dever da administração pública criar um arcabouço institucional

possibilitador de participação direta dos cidadãos e também advogar pelos direitos de minorias sem poder representativo. A Administração Pública também deve, nessa perspectiva, desenvolver e manter sistemas capazes de captar e responder os públicos, coletivos ou não, tendo em vista sempre o interesse do coletivo maior sem ferir os direitos das minorias (FREDERICKSON, 1991).

No mais, a perspectiva do público como cidadão exige um entendimento da cidadania de ambos os lados, isto é, a administração pública deve enxergar o público como cidadãos, mas os cidadãos precisam agir como tais. Isso exigiria, segundo Frederickson (1991), o entendimento pelos cidadãos da constituição e, portanto, dos valores defendidos pela mesma, e também a capacidade de raciocinar moralmente, compatibilizando interesses particulares e coletivos tendo como medida o documento constitucional. Além disso, seria essencial a crença dos cidadãos em direitos “naturais” e não na ideia de que a maioria teria poder legítimo, mas que todos têm que ter esses direitos mínimos garantidos, sendo ou não parte da maioria (FREDERICKSON, 1991).

A reflexão de Frederickson (1991) vai além de uma categorização sobre os diferentes significados de públicos construídos pela interação do Estado e seus cidadãos, ao contrário, ressalta que a visão sobre o que é ‘público’ não é definido *a priori* no ciclo de políticas públicas, ao contrário, é negociada neste processo. Neste sentido, a pluralidade normativa da visão de ‘público’ faz parte da estratégia organizacional de determinado órgão da Administração Pública. Isso porque as práticas cotidianas da organização transparecem determinado tratamento de público, e acabam resultando em uma estratégia organizacional que produz uma política pública com determinado viés para o que é considerado público.

2.1.3. A produção de conhecimento e a importância das práticas cotidianas

Continuando esse o argumento da disputa de significados, o conhecimento também é uma construção social, e, como tal, está sujeito a poderes em conflito e mudanças. As políticas públicas são influenciadas por essa construção social do conhecimento, uma vez que as situações dependem de uma significação social para

serem consideradas como problemas públicos e, portanto, entrarem na agenda de governo. Nesse sentido, o que é considerado como conhecimento válido faz parte de uma ideia que a sociedade tem do que é legitimamente visto como conhecimento ou não e isso varia de acordo com tempo e lugar (SPINK, 2001). Desde o berço, as universidades são um local onde essa tensão entre conhecimento legitimado ou não persiste no cotidiano, e são espaços em que a luta pelo reconhecimento da heterogeneidade de conhecimentos muitas vezes fica em um segundo plano vis-à-vis o conhecimento produzido pela própria academia e desvinculado muitas vezes da realidade cotidiana do objeto estudado (SPINK, 2001).

Essa dicotomia entre produção de conhecimento nas universidades e na prática reduziu apenas recentemente sobretudo pela força dos movimentos sociais. Eles mostraram que a sociedade civil produz conhecimentos relevantes para se organizar e enfrentar os seus problemas do dia-a-dia sem necessariamente estarem ligados ao conhecimento hegemônico do meio acadêmico (SPINK, 2001). Cresceu a partir de então a noção de multiplicidade de conhecimentos e a importância da universidade reconhecer a importância e estudar esses conhecimentos produzidos na prática.

A construção desse leque de conhecimentos, segundo Spink (2001), se dá sobretudo pela prática vivida pelos grupos sociais, na resolução de problemas enfrentados no cotidiano e que não foram solucionados por organizações externas. Assim, cada lugar é constituído de um contexto próprio que tanto possibilita, quanto compele a produção de determinados conhecimentos.

Dentro desses contextos únicos de produção de conhecimento, existem as práticas do cotidiano que fazem as organizações se construírem enquanto tais e são também por elas influenciadas. As políticas públicas são produzidas por organizações e seus arranjos entre si, ou seja, são influenciadas pelos contextos e práticas do mesmo. Essas práticas são definidas por Schatzki (2007), como o conjunto de ações estruturadas por uma organização. Nessa visão, não é a estrutura organizacional que molda completamente as ações de seus constituintes, mas uma relação dialética em que estruturas sociais e atores se influenciam mutuamente para formar as práticas desenvolvidas rotineiramente em uma organização. As práticas incluem, segundo o

autor, quatro fenômenos principais:

(1) understandings of (complexes of know-hows regarding) the actions constituting the practice, for example knowing how to email and to recognize emailing and knowing how to deliver and recognize lectures; (2) rules, by which I mean explicit directives, admonishments, or instructions that participants in the practice observe or disregard; (3) something I call a teleological-affective structuring, which encompasses a range of ends, projects, actions, maybe emotions, and end-project-action combinations (teleological orderings) that are acceptable for or enjoined of participants to pursue and realize; and (4) general understandings, for example general understandings about the nature of work, about proper teacher–student interactions, or about the commonality of fate. (SCHATZKI, 2007)

As práticas podem portanto ser definidas como participantes ativas da estratégia organizacional. A estratégia enquanto prática é um conceito que faz a conexão entre a característica ativa e dialética das práticas cotidianas e a própria formulação de estratégias dentro de uma organização. Esse conceito está ligado a uma visão construtivista das estratégias dentro de uma organização, isto é, as estratégias não são estáveis ao longo do tempo, passam por um processo de definição e redefinição conforme ganham ou perdem legitimação interna e externa ao ambiente organizacional (SOUZA, 2009).

Nesse sentido, as estratégias de uma organização podem mudar ou permanecer ao longo do tempo de acordo com a relação dupla entre agentes e estrutura, esta sendo composta de recursos disponíveis, normas e regras presentes e entendimento compartilhado (SOUZA, 2009). Os recursos disponíveis podem ser materiais, como o ambiente físico de uma organização, ou imateriais, como a capacitação para exercer uma atividade dentro da mesma. Esses recursos são objeto de uma luta permanente porque são eles que possibilitam a dominação de uma estratégia, ou seja, quem detém mais recursos acaba tendo mais poder na hora de defender sua posição vis-à-vis uma estratégia organizacional (SOUZA, 2009). As

normas e as regras podem ser formais, como o estatuto de uma associação que prevê condutas permitidas e/ou exigidas para a participação, ou informais, construídas e aceitas no cotidiano sem que sejam transcritas, como o tipo de comportamento considerado adequado dentro de determinada organização. São as normas e regras que constituem a legitimação ou não de estratégias, isto é, elas permitem ou não a aceitação de uma estratégia em detrimento do que é aceito formal e informalmente no ambiente organizacional (SOUZA, 2009). Além disso, há um entendimento compartilhado em uma organização que significa as estratégias, isto é, traduz subjetivamente a estratégia para uma dimensão simbólica que é compreensível para a realidade de seus agentes.

Isso significa que formular e implementar estratégias dentro de uma organização são processos inseridos dentro de um contexto permeado por significações, dominações e legitimações de discursos no cotidiano dos agentes e, portanto, há uma tensão constante e um diálogo entre processos e contexto, em que o mesmo influencia e é influenciado pelos processos de definição/redefinição de estratégia (SOUZA, 2009). Assim, podemos dizer que as organizações não produzem estratégias no vácuo, já que as práticas que as constituem só são significadas quando são ativadas pelos agentes e possibilitadas pelo contexto interno e externo à organização, tornando o contexto um elemento essencial para estudar as estratégias em organizações.

Dessa forma, políticas públicas podem ser entendidas como uma estratégia constantemente definida e redefinida em função das negociações sobre os sentidos dos problemas públicos. A estrutura organizacional se torna então não apenas relevante para a determinação da capacidade material de resolução de um problema social, mas também delimita um *lugar* simbólico sobre as possibilidades de ação para enfrentá-lo.

2.2. Contextos: onde as políticas públicas acontecem?

No âmbito dessa pesquisa, pretendemos nos focar em principalmente dois contextos diferentes que permeiam o processo de formulação e implementação de

políticas públicas enquanto estratégias de organizações da Administração Pública. Podemos falar nos *lugares* e na diferenciação entre contextos urbano e agrícola como fator que influencia e é influenciado pelo ciclo de políticas públicas para mulheres em situação de violência.

Os contextos impactam nas práticas e arranjos materiais disponíveis em determinado *lugar* (SPINK, 2001). O *lugar* é onde ocorre a troca entre contexto, práticas e arranjos, como contextos agrícola e urbano, estruturas organizacionais e negociação de sentidos e estratégias para lidar com problemas públicos. De acordo com Milton Santos (2001), os lugares são espaços esquizofrênicos porque são onde se verificam os vetores da globalização e, também, da contraordem. O papel do lugar é não só onde se vive, mas um ‘espaço vivido’, em que são reproduzidas e/ou reavaliadas processos do passado e onde se projeta o futuro (SANTOS, 2001). Nesses lugares, ocorrem os embates entre soluções imediatistas e visões finalísticas, conjuntura e estrutura (SANTOS, 2001).

A ideia de *lugar* compreende a importância dos processos construídos e que constroem um contexto. Schatzki (2005), em sua teoria sobre como são construídos os fenômenos sociais, afirma que estes estão ligados aos *lugares*,

Sites, however, are a particularly interesting sort of context. What makes them interesting is that context and contextualized entity constitute one another: what the entity or event is is tied to the context, just as the nature and identity of the context is tied to the entity or event (among others).(p. 468)

Essa definição é então especificada ao social, em que o *lugar* “do social é composto de nexos de práticas e arranjos materiais” (SCHATZKI, 2005, p.471). As práticas seriam as atividades humanas e os arranjos materiais incluem as pessoas, os artefatos, outros organismos e coisas.

Os fenômenos sociais fazem parte das teias formadas dentro dos *lugares* e da relação entre eles, sendo ao mesmo tempo produto e alimento desses *lugares*. As organizações, de acordo com o autor (SCHATZKI, 2005) seriam um desses fenômenos sociais. Fazendo parte dessa teia, as organizações são constituídas por práticas, sobreviventes previamente de outras organizações (vindas com as

experiências passadas dos indivíduos que a constituem) e uma mistura de práticas do presente que são alteradas ou não para materializar a razão de existência da organização, e arranjos materiais velhos e novos (SCHATZKI, 2005, p.476). Schatzki (2005) ressalta que três pontos são essenciais para compreender uma organização: identificar as ações que a compõem, identificar o conjunto de práticas e arranjos materiais em que as ações estão inseridas, identificar as outras teias de conjuntos de práticas e arranjos que se ligam à teia que compõe a organização.

Podemos clarificar ainda mais a ideia de *lugares* com a contribuição de Spink (2001), que define *lugar* como “ponto de partida para refletir sobre a organização, porque permite um olhar a partir de um enraizamento na processualidade do cotidiano e fora dos muros das organizações” (SPINK, 2001, p.18). Esse termo também foca nos processos construídos pelos indivíduos, suas relações e o contexto nos quais participam, e as organizações como parte desses processos, em que há tensões, e não como uma entidade que existe sem a ação de pessoas. Além disso, Spink (2001) ressalta a importância da construção social dos sentidos que damos às ações e materialidades que compõem o cotidiano, o que dialoga com a ideia de Schatzki (2005) de como compreender as ações dos indivíduos.

Assim, pretendemos compreender as regiões agrícola e urbana como *lugar* que são indissociáveis daquilo que os constituem (Spink 2001; SCHATZKI, 2005) enquanto práticas e arranjos constitucionais, observáveis materialmente a partir de organizações públicas. O estudo das organizações que formulam e implementam essas políticas públicas é importante para entender quais os conjuntos de práticas e arranjos materiais que formam o contexto das políticas públicas em questão e se existem ligações e sobreposições entre práticas e/ou arranjos materiais dessas organizações.

2.2.1. Cidades Urbanas e Agrícolas

Precisamos então definir o que são regiões agrícolas e regiões urbanas como *lugar* no qual as políticas públicas estão inseridas. Santos (1996) trouxe essa nova tipologia de cidades agrícolas e urbanas porque as mudanças econômicas impactaram

a organização do espaço geográfico de tal forma que as atividades urbanas e rurais existem em todas as regiões. Assim, não há mais uma separação em áreas rurais e urbanas de acordo com distinção econômica, sendo que o novo “critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços” (SANTOS, 1996, p. 67).

Segundo ele, “nas *regiões agrícolas* é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano enquanto nas *regiões urbanas* são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel” (SANTOS, 1996, p. 68). Apesar dessa predominância que permite a distinção, existem, nos dois tipos de regiões, cidades e zonas de atividade rural, mas nas regiões agrícolas a cidade existe para suprir as necessidades do campo e das pessoas que o habitam, enquanto nas regiões urbanas as zonas de atividade rural existem para suprir as necessidades das cidades e as pessoas que a habitam (SANTOS, 1996). Assim, essa tipologia é importante para definir os contextos das políticas públicas para mulheres em situação de violência, já que lógicas diferentes as constituem, apontando práticas e arranjos materiais também diversos.

2.3. Gênero, Machismo e Violência de Gênero

As discussões sobre gênero na academia têm sido concentradas em uma perspectiva discursiva, que distingue completamente *sexo* de *gênero*, colocando o primeiro como parte de uma esfera biológica e o segundo como uma construção social desvinculada da primeira (CAROLAN, 2005). Nesse sentido, Carolan (2005) aponta um risco de gerar um reducionismo ao julgar gênero apenas como uma construção social, sem levar em consideração os elementos extra-discursivos que dialeticamente significam e ressignificam os papéis de gênero. Segundo Carolan (2005, p.5):

Sociology has been correct to take care so as to not legitimate ideologically-driven biological determinism and the socio-political ramifications that accompany such proclamations. My concern, however, is

that this apprehension toward determinism has become too one-sided. With all of our handringing about the dangers of “bringing nature back in” to sociological analyses, due to its deterministic undertones, we remain incorrigibly blind to the other side of the coin: to the appalling prospects of an equally dangerous cage—cultural determinism. In our rush to condemn the fixed-biological, we often (mistakenly) overly prescribe mutability and fluidity to the socio-cultural. We must thus stay vigilant to all prescriptions of determinism—biological and otherwise—while concomitantly remaining open to the multidirectional causal potentials that constitute a stratified, rooted, and emergent reality.

Dessa forma, é importante levar em conta tanto os níveis discursivos, quanto extra-discursivos da construção de gênero, dentro de uma estrutura social que dialoga com esses elementos. Assim, os elementos extra-discursivos podem ser tanto biológicos, como apontados no trecho acima, mas podem ser também outras materialidades que podem ser causa e efeito ao mesmo tempo da construção social dos papéis de gênero, como a desigual inserção no mercado de trabalho e os salários desiguais para as mesmas posições. Por exemplo, se as mulheres têm menor inserção no mercado de trabalho isso é fruto de uma construção social dos papéis de gênero, mas também reforça os mesmos papéis em um jogo dialético porque as mulheres ficam em uma posição pouco empoderada acerca de como decidir a alocação dos recursos em casa e mais vulneráveis para conseguir materialmente sair de casos de violência.

Nesse contexto, o machismo pode ser entendido como uma estrutura social subjetiva construída a partir da existência de gênero como uma classificação criada socialmente, mas que alimenta e é alimentada por materialidades extra-discursivas. O machismo se configura então como algo abstrato, que não pode ser visto materialmente. Como coloca Sayer (1998, p 159-160):

(...)unobservable natural forces as well as structures of a language or rules of a game can be, and frequently are, described and known. Thus, while

the unobservable wind can be known to be responsible for the flying hat or the swirling leaves, the rules of grammar facilitating the speech acts of some group, or the secret code used by children to send messages to each other, may each be quite unproblematically retroducible and/or describable. By demonstrating the empirical adequacy of theories of gravitational and magnetic fields, social rules and relations, structures of languages and so forth, these items can be known whether or not they can be directly observed.

O machismo pode ser considerado como um item abstrato, conforme apresentado por Sayer (1998), que podem ser conhecidos mesmo que não possam ser observados diretamente. Para fazer isso, devemos tentar acessar a estrutura social pelas suas manifestações, tanto discursivas, quanto extra-discursivas. Especificamente sobre as relações de gênero, Sayer discorre sobre como podemos observá-la na prática (SAYER, 1998, p.160):

Even a single maintained hypothesis can be continually assessed by examining the range of phenomena it bears upon. In other words, the empirical adequacy of any hypothesis can be progressively checked-out by deducing such implications as follow, with regard to any domain for which such implications hold and can in practice be 'observed'. Where it is argued, for example, that gender relations in many societies are such that mechanisms are reproduced which serve to discriminate against women in favour of men, this assessment can be checked out against detectable patterns occurring in, for example, factories, homes, schools and universities, and any other place where the mechanism will conceivably reveal its effects.

Podemos então acessar a estrutura social machista sobretudo através de pelo menos dois tipos de manifestações: materiais, ou seja, as diferenças objetivas, como a distribuição de recursos e bens, e subjetivas, como se dá a percepção da sociedade sobre os papéis de gênero (GOMES, 2014a). Corroborando, Lorente (2015) também apresenta o machismo como uma estrutura social:

Inequality is a construction based on the male design of society and developed to determine the relationships within it. It is neither an error nor an uncontrolled drift. It is a decision to establish a structure of power that provides benefits and privileges to those in a superior position, men, and denies rights and opportunities to those in an inferior position, women. Violence against Women (VAW) is an instrument to maintain this structure, part of the tools to guarantee that it works. (...) Violence against women is different from other forms of violence due to its motivations, goals, circumstances and meaning. It is the only violence supported by social and cultural ideas, and the only one that is accepted and justified by part of society. (LORENTE, 2015)

A violência de gênero surge então como uma manifestação dessa estrutura social machista com implicações objetivas e subjetivas. A violência física e patrimonial podem ser entendidas como uma manifestação material da estrutura social, enquanto outras violências como a psicológica são mais subjetivas e ligadas ao assédio moral (TRERJ, 2013), uma forma de apreciação negativa mais ligada ao discurso, porém com implicações objetivas fortes como a proibição da mulher de sair de casa e trabalhar ou o desenvolvimento de doenças psicoemocionais como depressão. Além disso, a violência de gênero de todos os tipos está permeada por manifestações objetivas e subjetivas, objetivas na vulnerabilidade em termos de recursos materiais das mulheres em situação de violência e subjetivas na exposição à apreciação da família, da comunidade e das instituições públicas para atender a essas mulheres, que muitas vezes reproduzem papéis tradicionais de gênero ligados à estrutura social machista.

Afim de compreendermos a estrutura social machista nos diferentes contextos agrícola e urbano, vamos nos apoiar metodologicamente no Realismo Crítico, sobre a qual nos debruçaremos na seção a seguir. Esta metodologia nos permite acessar aspectos da estrutura social através de suas manifestações. Assim, poderemos compreender melhor as dialéticas entre estrutura social, manifestações discursivas e

manifestações extra-discursivas e do discurso em ação. Dessa maneira, pretendemos informar a ação do Estado para combater essa estrutura social machista, sobretudo a sua manifestação enquanto violência de gênero.

3. Metodologia

A partir da revisão da literatura, entendemos que as políticas públicas e suas estratégias são definidas e redefinidas em um processo de embate entre discursos e significações. Este processo está inserido em um *lugar* que influencia e é influenciado pela negociação de sentidos. Especialmente no que diz respeito à violência contra a mulher, estamos examinando para uma estrutura social machista e procurando entender como os contextos influenciam a formulação e implementação de políticas públicas para áreas agrícolas e urbanas de acordo com as diferentes manifestações da estrutura social nesses contextos. Desta forma, a pergunta de pesquisa que surge para este trabalho é: **A estrutura social do machismo se manifesta da mesma maneira nos contextos agrícola e urbano?**

Dela decorrem os seguintes objetivos secundários:

- a) Há ou não diferenças na manifestação do machismo especificamente em termos de violência de gênero nas zonas urbana e agrária?
- b) Como essas manifestações do machismo são impactadas e impactam a formulação de políticas públicas para mulheres em situação de violência?

Conforme discutiremos mais adiante nesse capítulo e na seção 4 de análise dos dados, encontramos poucas evidências de políticas públicas para mulheres em situação de violência nas áreas agrárias de Goiás e São Paulo. Entretanto, este silêncio é um interessante achado de pesquisa, pois foi possível compreender como a ausência dessas políticas impacta a vida das mulheres desse contexto. Esta análise fica mais evidente quando debruçamos sobre as políticas públicas disponíveis para as mulheres em situação de violência em áreas urbanas, e que ainda assim não têm seus direitos garantidos, como iremos perceber na análise das entrevistas.

3.1. Realismo Crítico e a violência de gênero

Escolhemos o Realismo Crítico como ontologia, ou seja, como teoria do conhecimento científico, porque acreditamos que ele nos ajudará a compreender

melhor como os contextos agrário e urbano influenciam e são influenciados na formulação de políticas públicas, mas também por uma questão normativa. Acreditamos na perspectiva ontológica do realismo crítico de que os seres humanos são agentes com capacidade ação sobre a realidade e que também são produtores de significados e também na necessidade não só de explicar o mundo, mas de modificá-lo.

No entanto, acrescenta-se à nossa existência dialética enquanto seres humanos com o mundo, a noção de que este existe independentemente da nossa apreensão semiótica ou não dele, sendo este o principal ponto de divergência do crítico realismo em relação ao construtivismo (BHASKAR, 2012; FAIRCLOUGH, 2010; GOMES, 2014b) Isto significa que a estrutura social é composta de lógicas às quais damos sentidos e também lógicas que não apreendemos e interpretamos, estando latentes para essa interpretação, mas ainda assim influenciando e sendo influenciadas por nossa ação no mundo.

O realismo crítico também se enquadra nas nossas perspectivas de pesquisa porque ele apresenta uma ontologia estratificada, como uma estratégia para evitar o *tradeoff* entre agentes e estrutura (BHASKAR, 2012). Isso porque o realismo crítico coloca três níveis da vida social, o real, o atual e o empírico, que interagem entre si dialeticamente (BHASKAR, 2012), desde modo não estamos lidando com uma situação em que a estrutura social define tudo, nem que os agentes definem tudo, ambos são relevantes e se influenciam mutuamente.

Para melhor entendermos essas esferas, vamos defini-las. O *real* consiste na esfera abstrata das estruturas sociais ou naturezas (FAIRCLOUGH, 2010; GOMES, 2014b). Esses integrantes do plano real são objetos latentes, ou seja, que têm um potencial. Isso reforça a ideia de que mesmo estruturas semióticas existem antes dos atores (FAIRCLOUGH, 2010; GOMES, 2014b; BHASKAR, 2012). A esfera do *atual* é permeada pelas práticas sociais, ou seja, o que acontece quando elementos do mundo real são ativados e produzem transformações ou reproduções (FAIRCLOUGH, 2010; GOMES, 2014b). Esse plano *atual* é o que faz a mediação entre o *plano real* e o *plano empírico*, que por sua vez consiste nos eventos sociais e ações. Ou seja, o empírico é uma parte dos outros planos que é experimentado

efetivamente por agentes (FAIRCLOUGH, 2010).

É importante ressaltar que o processo causal colocado pelo realismo crítico não é o mesmo que o positivismo empírico defende, isto é, a identificação de regularidades entre causa e efeito. Na verdade, o processo causal seria o estudo do que ativa os poderes latentes do real para produzir mudança (FAIRCLOUGH, 2010; BHASKAR, 2012). Além disso, quando e se esses poderes são ativados, os efeitos dessa ativação varia de acordo com o tempo e espaço (FAIRCLOUGH, 2010; GOMES, 2014b).

Uma ontologia baseada no Realismo Crítico resalta a importância dos discursos e também é uma abordagem que busca não só entender a realidade, mas modificá-la, como abordamos anteriormente. Mas quais as implicações para a análise das políticas públicas?

O processo das políticas públicas, sobre o qual discorremos anteriormente, é perpassado em todas as etapas pelos discursos dos atores envolvidos, tanto interna quanto externamente ao processo. Além disso, as políticas públicas são um meio de mudar a realidade, como proposto pelo Realismo Crítico.

Como vimos, a violência de gênero é um termo que passou por diferentes significações ao longo do tempo e diferentes atores envolvidos. Por exemplo, antes era visto pela sociedade e apreendida pelo Estado como uma situação da esfera privada e se restringia à violência física, e hoje em dia passou a ser visto pelo Estado como um problema público, considerando diferentes formas de violência contra a mulher. No primeiro período, o movimento feminista brasileiro não era detentor do discurso dominante, e lutava para conseguir visibilidade ao tema, isto é, para que fosse considerado como um problema público. Ou seja, as políticas públicas são o resultado do conflito entre discursos de diferentes atores, e a significação dada às situações muda conforme o resultado desse conflito.

Além disso, podemos situar nosso referencial teórico em termos da estratificação do Realismo Crítico. A esfera do real, no tema em questão, é permeada pelas relações desiguais de poder entre gêneros. A esfera real pode ser acessada por suas manifestações na esferas atual e empírica.

Na esfera do atual, podemos pensar nas práticas sociais que transformaram

uma situação, no caso a violência contra as mulheres, em problema público passível de intervenção via políticas públicas voltadas para lidar com a violência de gênero através da sua inclusão na agenda pública. Isso pode ser visto pela dificuldade de se tratar a violência de gênero através das instâncias legais e jurídicas usuais. Isto é, essas instâncias tradicionais estavam permeadas por uma lógica machista que precisava ser formalmente desfeita para poder começar a se abordar a questão a partir de outra perspectiva. A violência de gênero ter sido vista como uma questão da esfera doméstica e, portanto, privada, também faz parte desse machismo da esfera real, que precisou do aparato legal para caracterizá-la enquanto problema da esfera pública. Nesse sentido, entra a importância dos contextos urbano e agrícola dos territórios como elementos influenciadores e influenciados pelas políticas públicas para mulheres em situação de violência, fornecendo um contexto sobre o qual os discursos são construídos. Certamente estes não são os únicos *lugares* que influenciam os discursos sobre a violência de gênero e conseqüentemente as estratégias para combatê-lo (i.e. as políticas públicas).

Por fim, a esfera do empírico consiste no discurso em ação por meio das políticas públicas. Um exemplo foi o conturbado processo de aprovação da LMP (MACIEL, 2011) e também, as tentativas de provar sua inconstitucionalidade, que teve que ir ao STF pela AGU (MACIEL, 2011) para conseguir ser aprovado. Também, a atual dificuldade de conseguir a aceitação e implementação da LMP por parte dos operadores jurídicos (MACIEL, 2011) demonstra a penetração do machismo em nossa sociedade. Como podemos ver pelo retrato das questões anteriormente citadas, ainda estamos lidando basicamente com violência sexual, apesar da tipificação abranger outros tipos de violência como as psicológicas e morais, que ainda ocorrem cotidianamente e são naturalizadas, denunciando a força do machismo na esfera do real. Enfim, essa última esfera, assim como as demais e a relação entre elas poderão ser melhor retratadas quando partirmos a análise da pesquisa de campo, em que teremos contato com os agentes.

De acordo com o realismo crítico, podemos pensar em problemas a partir de três domínios: o *real*, o *atual* e o *empírico* (FAIRCLOUGH, 2010). No tema em questão, a esfera do *real* pode ser entendida como a estrutura social do machismo, isto é, uma

desigualdade de gênero que está latente no funcionamento da sociedade e acaba sendo reforçada pelos domínios do *atual* e do empírico. Nesse trabalho, o domínio do *atual* seriam os discursos sobre a desigualdade de gênero e a violência de gênero, que são manifestações da estrutura social machista ou para reforçar essa estrutura ou para tentar transformá-la. Por fim, o domínio empírico são, nesse caso, as políticas e ações públicas formuladas e/ou implementadas para combater a violência contra a mulher.

3.2. Análise Crítica de Discurso

Afim de buscarmos nosso objetivo, que é entender as diferenças entre políticas públicas em contextos agrícola e urbano, utilizaremos a metodologia da ACD. Segundo a ACD, o discurso é ativo, isto é, que influencia tanto a percepção da realidade, quanto o comportamento de pessoas dentro de uma organização (PUTNAM et al, 2004). É importante destacarmos a diferença entre texto e discurso. Textos são todas as peças linguísticas, sejam escritas ou faladas. Já discursos são enunciados de locutores que utilizam textos para tentar exercer influência sobre terceiros (ALVES, 2006). O conceito de discurso organizacional engloba duas maneiras diferentes de olhar para o discurso: conversas e diálogos ou narrativas e histórias. Quando se trata de conversas, significa a troca de mensagens entre duas ou mais pessoas que, ao realizarem uma interconexão temporal ou significativa entre textos, moldam outras conversas e/ou ações futuras. E diálogo seria a possibilidade de gerar novos significados através de momentos de questionamento do contínuo de uma conversa. Já as narrativas percebem a construção social do sentido, sendo estas visões de mundo construídas pelo locutor e seus interlocutores. As histórias são por sua vez a reinterpretação de fatos através do olhar de cada locutor/ interlocutor.

A análise discurso é uma ferramenta interessante para analisar políticas públicas uma vez que nos permite entender a política através das pessoas que formulam e/ou implementam a política. Conhecendo as pessoas que fazem uma política pública acontecer e analisando suas conversas, diálogos e histórias, podemos entender a significação dada pelas pessoas dos processos que vivenciam. Ou seja, é possível sair de um discurso formal para analisar quais são as relações de poder no

âmbito de uma política pública e quais são os sentidos dados para os temas trabalhados que impedem ou proporcionam mudanças materiais na evolução de uma política pública.

Algumas perspectivas epistemológicas são possíveis na análise de discurso organizacional, sendo as principais abordagens a positivista, a construtivista e a pós-modernista (PUTNAM et al, 2004) e a crítico realista (FAIRCLOUGH, 2010). Antes de definir essas abordagens, é importante diferenciarmos as perspectivas possíveis para a linguagem. A “linguagem em uso” é aquela visão que aborda o discurso como tendo uma função na criação de uma ordem social no cotidiano da organização. Seu foco está, portanto, na análise de discurso no momento presente da organização (PUTNAM et al, 2004, pg. 9). Já a abordagem da “linguagem em contexto”, leva em conta fatores históricos e sociais que influenciam a produção, disseminação e consumo de textos (PUTNAM et al, 2004, pg. 10). Ou seja, leva em consideração o passado e os possíveis efeitos futuros do discurso organizacional. Dentro dessa diferenciação, podemos esclarecer de onde derivam as diferentes abordagens metodológicas. A “linguagem em uso” é utilizada pelos positivistas e a “linguagem em contexto” é a abordagem levada em consideração pelos construtivistas (PUTNAM et al, 2004).

O pensamento positivista se preocupa em identificar padrões nas interações discursivas. Dessa maneira, tratam o discurso como principal variável de análise, e não acreditam que o discurso tenha caráter político. Buscam então identificar uma narrativa única, ou um conjunto de significados compartilhados entre membros de uma organização (PUTNAM et al, 2004).

A abordagem construtivista, por sua vez, estuda como o discurso constitui e reconstitui arranjos sociais dentro dos diferentes contextos das organizações. Essa perspectiva defende a natureza política do discurso, pela sua utilização para produzir, manter ou resistir a diferentes formas de poder. Desse modo, como afirma Gomes (GOMES, 2014b), o domínio do discurso é em si um recurso de poder, e faz parte da luta pela hegemonia.

Dentro do guarda-chuva da abordagem construtivista, existe um ramo chamado análise crítica do discurso, cuja metodologia considera importante ambos os

tipos de linguagem, sendo a “linguagem em uso” importante para identificar como regras e estruturas em interações discursivas constituem identidades e levam à sua institucionalização, e a ‘linguagem em contexto’ importante para compreender os diferentes significados para o mesmo texto dependendo do contexto em que o discurso está inserido. A Análise Crítica do Discurso (ACD) enxerga as organizações como sendo os locais onde ocorrem a luta entre os discursos pela dominação, sendo que cada grupo luta para que seus interesses moldem, exerçam e/ou resistam ao controle social dentro da entidade. Assim, o foco dessa perspectiva é como o discurso constitui e é constituído pelas práticas sociais.

Os pós-modernistas criticam a análise crítica do discurso uma vez que se voltam novamente ao texto, ou seja, à ‘linguagem em uso’ e apontam para a bipolaridade da análise crítica do discurso, que exclui todos os discursos fora da lógica de poder e resistência. Essa abordagem defende que os textos são repletos de metáforas para organizar e representar uma gama de significados variados que estariam marginalizados. Para isso, a desconstrução dos textos é a principal ferramenta dessa perspectiva.

Apesar da resistência dos pós-modernistas à análise crítica do discurso, entendemos que essa metodologia é interessante para essa pesquisa uma vez que ela nos permite entender os significados e a disputa de poder embutida nessas significações. Mas para além disso, a análise crítica do discurso nos permite compreender as consequências materiais dessa disputa do poder (GOMES, 2014b).

Além disso, outro ponto interessante que diferencia a Análise Crítica do Discurso é a incorporação de três níveis de discurso: *micro*, *meso* e *macro* (OSWICK; PHILLIPS, 2012). Assim, o discurso está dentro de uma situação, dentro de uma instituição e dentro da sociedade, respectivamente (OSWICK; PHILLIPS, 2012). Em outras palavras:

Based on these three different levels, undertaking CDA involves: (i) the examination of the language in use (the text dimension); (ii) the identification of processes of textual production and consumption (the discursive practice dimension); and, (iii) the consideration of the institutional

factors surrounding the event and how they shape the discourse (the social practice dimension). (OSWICK; PHILLIPS, 2012, p. 457)

Nesse sentido, a Análise Crítica do Discurso relaciona esses três níveis, ao mesmo tempo que incorpora uma visão crítica do discurso homogêneo. Busca, dessa forma, compreender seus fundamentos para interrogá-lo e gerar mudança social, como veremos na próxima seção.

A escolha da ACD se deve primeiramente porque acreditamos que a realidade social não pode ser vista com um olhar positivista, tentando encontrar padrões nas interações discursivas, olhando também somente para o discurso como variável relevante na produção de significados. Nesse trabalho, queremos analisar a produção de políticas públicas para mulheres em situação de violência nos contextos agrário e urbano não buscando encontrar padrões em cada contexto, mas para entender qualitativamente como o contexto e o discurso se relacionam entre si para produzir significados que influenciam nessa produção de políticas. Portanto, optamos por esse olhar que inclui o contexto como fator essencial, em conjunto com as interações discursivas.

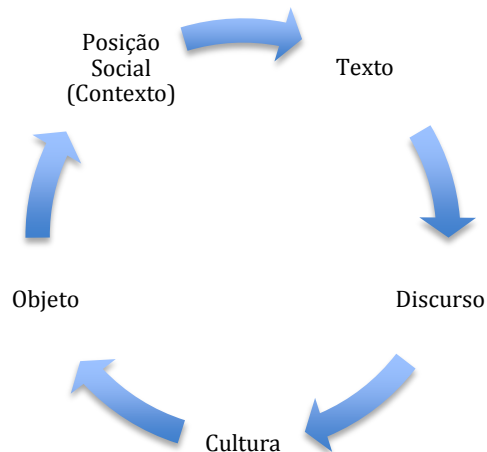
A análise crítica do discurso é uma perspectiva que considera as relações dialéticas de poder na criação e significação de discursos (GOMES, 2014b) e que pretende enxergar o mundo a partir de um olhar crítico do que ele deveria/poderia ser, olhando para os discursos e para as suas manifestações na prática e em elementos extra-discursivos como forma de refletir sobre uma estrutura social que não conseguimos materializar. Ou seja, ela é uma opção ontológica porque queremos olhar para essa estrutura social criticamente no sentido de entendermos o que é, e também projetar como poderia ser, a partir do entendimento do porquê as políticas públicas são desenhadas e implementadas da maneira como são nesses contextos agrário e urbano. Isto é, não queremos ser relativistas e afirmar que entendendo a relação entre interações discursivas e os contextos diferentes as realidades são justificáveis por si só, pois olhamos normativamente para as políticas públicas, em especial aquelas para mulheres em situação de violência nessa pesquisa. Isto é, a análise crítica do discurso pode ajudar a entender como o capitalismo neoliberal

impede em algumas medidas a emancipação humana, para então tentar informar estratégias de como mitigar ou acabar com essas limitações (FAIRCLOUGH, 2010). No contexto de políticas públicas sobre violência contra a mulher seria o caso de entender quais são as manifestações da estrutura social machista para tentar informar decisões de políticas públicas que possam efetivamente gerar mudanças nessa estrutura social.

Assim, a análise crítica do discurso é uma abordagem relacional, ou seja, seu objeto não é o discurso em si, mas as relações sociais e as disputas de poder entre essas relações, em que o discurso é parte integrante pela produção, reprodução e transformação de significados (FAIRCLOUGH, 2010). Além disso, sua perspectiva é dialética, no sentido que estuda as relações entre objetos que não são inteiramente separáveis, ou seja, suas naturezas são parcialmente definidas pela relação com o outro. Nesse sentido, não exclui a importância dos elementos extra-discursivos, ressaltando seu caráter transdisciplinar (FAIRCLOUGH, 2010). O termo crítica remete a uma abordagem normativa que aponta para a realidade como algo passível de mudança e, nesse sentido, busca estudar tanto o que existe quanto o que poderia existir idealmente (FAIRCLOUGH, 2010).

Deste modo, para a análise crítica do discurso, três esferas são importantes: o texto, o discurso e o contexto social (PHILIPPS; SEWELL; JAYNES, 2008). Essas esferas interagem entre si conforme o esquema abaixo.

Tabela 1: Diálogo entre Diferentes Esferas na ACD



Elaboração própria a partir de dados de PHILIPPS; SEWELL; JAYNES, 2008.

O sujeito locutor se encontra numa posição social, ou seja, num lugar no espaço social em que ele possui um certo grau de agência (PHILIPPS; SEWELL; JAYNES, 2008). A partir dessa posição social, o locutor fala ou escreve um texto que se transforma em discurso no momento em que o locutor tenta mudar ou manter a ordem social através desse texto. Esse discurso por sua vez produz conceitos que se expressam na cultura, refletindo sobre a maneira como ele e seus interlocutores enxergam o mundo e se relacionam entre si. Por fim, esse discurso se transforma em objeto quando se torna parte de uma ordem prática (PHILIPPS; SEWELL; JAYNES, 2008), sendo usado para fazer sentido das relações sociais e condições materiais do contexto social, voltando ao início do ciclo.

3.3.A emancipação como chave entre as esferas

A Análise Crítica do Discurso foi escolhida nesse trabalho pelo potencial de emancipação (FAIRCLOUGH, 2010) que essa perspectiva epistemológica nos permite, uma vez que pretende analisar a estrutura social através de suas manifestações discursivas e extra-discursivas afim de informar maneiras de mudar a estrutura social machista. Para melhor entender como as esferas se relacionam no ciclo do realismo crítico com a emancipação dos cidadãos, podemos fazer uso da

noção de emancipação de Zygmunt Bauman (BAUMAN, 2001). Segundo o autor, há uma diferença importante a ser ressaltada entre a liberdade *de jure* e a liberdade *de facto*, que ocorrem na modernidade.

Bauman (2001) explica que na modernidade os indivíduos não têm sua identidade ligada a instituições sociais ou princípios universais. No lugar disso, hoje há uma autoconstrução fluída das identidades, isso significa que há uma valorização das diferenças e que a identidade é continuamente definida e redefinida pelos próprios indivíduos.

Nesse sentido, parece que chegamos ao auge da liberdade humana (BAUMAN, 2001), porém na verdade essa liberdade é tênue. Isso porque houve um esvaziamento das funções do Estado em relação às escolhas dos indivíduos, ou seja, cada um escolhe sua identidade e seu modo de vida e deve se responsabilizar por essas escolhas (BAUMAN, 2001). A consequência disso é uma esfera pública constituída por aglomerações de anseios individualizados, mas que não conseguem afetar a agenda pública porque não ultrapassam a barreira de demandas individuais para uma demanda maior e comum (BAUMAN, 2001).

Então, as pessoas são chamadas cada vez menos a buscar respostas para suas demandas na sociedade e no Estado, mas em si mesmas (BAUMAN, 2001), e seu fracasso ou sucesso também é de sua inteira responsabilidade. Então, surge a diferenciação de Bauman quanto aos tipos diferentes de liberdade, amenizando o auge da liberdade que supostamente vivemos.

Os indivíduos têm liberdade de escolha e são responsabilizados pelas mesmas, porém não encontram recursos práticos para realizar suas escolhas (BAUMAN, 2001). Daí a contraposição entre liberdade *de jure* e liberdade *de facto*. A primeira corresponde à liberdade formal, muitas vezes colocada em lei, que os indivíduos teriam à sua disposição. Mas a liberdade *de facto*, ou seja, a realização dos seus anseios e decisões, não ocorre muitas vezes porque faltam condições materiais para que isso aconteça. Nessa contradição que a condição de emancipação dos indivíduos não é atingida, porque não conseguem efetivar a autodeterminação de seus destinos.

Essa questão da emancipação se torna relevante quando discutimos o realismo crítico porque no tema estudado existe essa contradição entre o que é *de jure*, que faz

parte da esfera *atual*, e o *de facto*, que está na esfera empírica das condições extra-discursivas dos indivíduos de saírem de um problema, no caso, a violência de gênero.

3.4. A pesquisa de campo e a coleta de dados

Para darmos continuidade à pesquisa, fizemos algumas visitas de campo. A coleta de dados qualitativos foi com base em um roteiro semiestruturado, que se encontra disponível nos anexos. Antes de cada entrevista, foi acordado com cada entrevistado a o termo de consentimento para uso das mesmas, também em anexo. As conversas foram gravadas a partir do consentimento dos entrevistados e transcritas à posteriori. Depois, selecionamos os trechos mais relevantes para a pesquisa e organizamos segundo os temas mais recorrentes. Em seguida, organizamos esses temas recorrentes de acordo com a estratificação ontológica do realismo crítico.

Dessa forma, primeira etapa da coleta de dados foi realizada em Janeiro de 2015 em Goiás. Até 2014, existia uma Secretaria de Políticas para as Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA). Nessa secretaria havia e há ainda na nova superintendência há uma ação da Secretaria Federal de Políticas para as Mulheres de unidades móveis para mulheres do campo e da floresta. No caso de Goiás, consiste em disponibilizar ônibus que iam de Goiânia para as cidades do interior com equipes multidisciplinares para fazer palestras sobre violência de gênero, informar a população e dar assistência (médica, psicológica, jurídica) às mulheres que procurassem a equipe. Nas eleições de 2014, Marconi foi reeleito governador de Goiás, no entanto, mudou a estrutura das suas secretarias, dissolvendo a SEMIRA e colocando a pasta das mulheres numa secretaria muito mais ampla, a Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho.

A pesquisa de campo em Goiás aconteceu em três cidades: Caldas Novas, Goiânia e Professor Jamil. Os órgãos e entidades entrevistados, em ordem cronológica, foram: CREAS, Secretaria Estadual da Mulher, Desenvolvimento Social, Igualdade Racial, Direitos Humanos e Trabalho, Equipe de Unidades Móveis,

DEAM, Centro Popular da Mulher, Observatório de Segurança Pública e Secretaria Municipal da Mulher de Professor Jamil.

Começamos a parte de campo da pesquisa em Caldas Novas, cidade a 167 quilômetros de Goiânia, com 70.473 habitantes, sendo da 2.759 zona rural e 67.714 da zona urbana (IBGE, 2015). Caldas Novas não possui um órgão específico da prefeitura para lidar com a violência de gênero. O único órgão responsável por receber as vítimas desse tipo de violência é o CREAS, que atende mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A seguir, realizamos entrevistas na Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, em uma Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher e no Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública de Goiás. Goiânia é a capital de Goiás, com aproximadamente 1.302.001 habitantes em 2010 (IBGE.b, 2015). Desse número, 1.297.155 estavam em área urbana e 4.846 na zona rural (IBGE.b, 2015).

Finalmente, a última entrevista de campo em Goiás foi em Professor Jamil. É uma cidade a 70 quilômetros de Goiânia, com 3.239 habitantes, sendo 978 da zona rural e 2.261 da zona urbana (IBGE.c, 2015). A cidade foi indicada pela equipe de unidades móveis da Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, pela liderança forte na cidade.

Além da pesquisa de campo em Goiás, a segunda parte do campo consistiu em conhecer também a situação de São Paulo. Primeiramente, buscamos informações sobre as políticas públicas existentes para combater a violência de gênero na esfera do governo estadual de São Paulo. Foi muito dificultosa essa busca, uma vez que não há secretaria específica e mesmo em sites de busca encontramos escassas referências como o Hospital Pérola Byington como ação pública destinada a esse público específico. Depois de muitas pesquisas, encontramos no site da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania uma Coordenação de Políticas para a Mulher (SÃO PAULO, 2015). Achemos simbólico essa coordenação, além de ser pouco visível, estar listada em último lugar na lista de coordenações da secretaria e contar apenas com duas pessoas em sua equipe.

Infelizmente, não foi possível realizarmos entrevista com ninguém da equipe do Pérola Byington, pois devido a uma reforma do local a equipe não aceitou nos receber para uma entrevista. Apesar disso, tentamos em três tentativas explicar que o nosso foco era uma conversa com alguém da equipe e não necessariamente conhecer a estrutura física. Mesmo assim, ninguém se disponibilizou a conceder uma entrevista para a pesquisa.

No mais, conseguimos três entrevistas em São Paulo: com a coordenadora de uma subsecretaria de políticas para as mulheres, com uma delegada de uma Delegacia Da Mulher (DDM) da Grande São Paulo e com uma representante do Núcleo Especializado de Promoção dos Direitos da Mulher (NUDEM). Como surgiu em São Paulo a necessidade de manter anonimato de alguns entrevistados, optamos por manter a uniformidade da pesquisa e não identificar nenhum dos entrevistados. Tendo em vista que foram bastante entrevistados, decidimos adotar nomes fictícios para os mesmos, a fim de situar melhor o leitor em relação às citações presentes na análise dos discursos.

Tabela 2: Quadro de Entrevistados

Quadro de Entrevistados			
Names Fictícios dos Entrevistados	Cargo	Local de Trabalho	Ramo da Organização
Fábio	Coordenador Geral	CREAS- Caldas Novas	Assistência social
Luiz	Educador Social	CREAS- Caldas Novas	Assistência social
Bárbara	Assessora Jurídica	CREAS- Caldas Novas	Assistência social
Roberta	Superintendente Executiva	Secretaria da Mulher- Goiás	Órgão/Entidade específico(a) para mulheres
Clara	Assistente Social	Unidade Móvel- Goiás	Órgão/Entidade específico(a) para mulheres
Manuela	Psicóloga	Unidade Móvel- Goiás	Órgão/Entidade específico(a) para mulheres
Paulo	Assessor Jurídico	Unidade Móvel- Goiás	Órgão/Entidade específico(a) para mulheres
Talita	Delegada	DEAM- Goiânia	Instância do poder judiciário para mulheres
Laura	Presidenta	CPM- Goiás	Órgão/Entidade específico(a) para mulheres
Rafael	Gerente	Observatório de Segurança Pública- Goiás	Polícia
Joana	Secretária	Secretaria da Mulher- Professor Jamil	Órgão/Entidade específico(a) para mulheres
Vitória	Auxiliar de coordenadora	NUDEM	Instância do poder judiciário para mulheres
Ana Paula	Delegada	DDM- Diadema	Instância do poder judiciário para mulheres
Flávia	Coordenadora	Coordenadoria de Políticas para as Mulheres- SP	Órgão/Entidade específico(a) para mulheres

Fonte: Autoria própria.

Também com o intuito de facilitar a leitura, codificamos com cores a partir das características da organização em que o entrevistado trabalha. Sendo assim, a cor azul se refere a profissionais de assistência social mais geral, isto é, sem foco para o

atendimento a mulheres. Por sua vez, a cor roxa é para sinalizar os entrevistados que trabalham no primeiro ou terceiro setor em organizações voltadas especificamente para mulheres, em um sentido amplo. O **laranja** é para organizações policiais e, por fim, o **verde** representa as instâncias do poder judiciário específicas para mulheres.

4. A Análise

4.1. As políticas públicas de violência de gênero no Brasil

Por trás desses números preocupantes, há uma construção de sentidos sobre o que é violência contra a mulher, suas causas, consequências e qual o desenho adequado das políticas públicas. O tema definitivamente entrou na agenda pública brasileira somente no final dos anos setenta, com o aumento do número de assassinatos de mulheres de classe média e a visibilidade dada à questão pela mídia e autoridades (BANDEIRA, 2014), o que não implica que os sentidos da violência contra mulher não estejam em constante negociação. Nessa mesma época, a violência contra a mulher se transformou na principal bandeira do movimento feminista brasileiro (BANDEIRA, 2014). Bandeira (2014) relata que a partir disso e com a abertura democrática, a sociedade civil se aliou à academia para pressionar politicamente em prol de uma resposta do Estado a esse problema. Podemos perceber que a violência de gênero nesse período era entendida como violência sexual, sobretudo cometida por maridos e ex-companheiros.

A primeira mudança foi a transformação dos “crimes de violência sexual como crimes contra a pessoa, não mais contra os costumes” (BANDEIRA, 2014, pg. 452). Logo em seguida, 1985, foram criadas delegacias próprias para esse problema, as Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres, com a visão de que era necessário endereçar o problema das mortes das mulheres com um olhar feminino, com maior prioridade do que a violência mais ampla sofrida no dia-a-dia pelas mulheres. Essa medida deu visibilidade à violência, sobretudo pela criação de um canal que possibilitou o aumento de denúncias por parte das vítimas.

Nos anos noventa, começaram as ações de Casas de Abrigo para receber mulher em risco de vida, hoje contando com 80 espalhadas pelo país (BANDEIRA, 2014). Apesar de o novo contexto político de redemocratização nesse período ter aberto “novos canais institucionais e estruturas de alianças inéditos para o movimento feminista brasileiro” (MACIEL, 2011, p.97), houve um retrocesso em termos de políticas públicas para combater a violência de gênero. A mesma foi enquadrada na

Lei nº 9.099/95 que discorre sobre o julgamento de crimes de “menor potencial ofensivo” (BANDEIRA, 2014) e, portanto, busca a conciliação das partes e prevê uma pena de no máximo dois anos de reclusão (BANDEIRA, 2014). Nesse mesmo ano, foram criados os Juizados Especiais Criminais, que “se tornaram rapidamente o escoadouro de denúncias de agressões contra a mulher nos âmbitos doméstico e familiar” (MACIEL, 2011, p.103), mas operando em uma lógica de impunidade dos agressores e desatenção às vítimas. Bandeira (2014) ressalta a opinião generalizada dos operadores jurídicos de que era desnecessário criar uma lei específica para tratar da violência de gênero (BANDEIRA, 2014).

Esse cenário mudou principalmente pela pressão internacional, uma vez que o Brasil assinou compromissos com tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos que tratavam da violência de gênero de maneira ampla (BANDEIRA, 2014). Isto é, o Brasil foi movido a ressignificar a violência de gênero, incluindo também a violência psicológica e moral como parte desse quadro, caracterizando a violência de gênero como violação dos direitos humanos (MACIEL, 2011) e servindo de base para a criação da Lei Maria da Penha (BANDEIRA, 2014). Segundo Bandeira (2014), essa lei significou uma “nova forma de administração legal dos conflitos interpessoais, embora ainda não seja de pleno acolhimento pelos operadores jurídicos” (BANDEIRA, 2014).

Essa lei trouxe pela primeira vez o reconhecimento da mulher como parte lesada nos casos de violência de gênero e a obrigação de o Estado responder a esse crime, não através de mediação de conflitos no âmbito privado, mas de garantias de direitos no âmbito público às vítimas. O projeto inicial foi feito pela CFMEA e entregue à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres em 2004, que depois o encaminhou para o Legislativo (MACIEL, 2011). Esse primeiro projeto não tratava da retirada de competência dos Juizados Especiais Criminais para tratar de violência de gênero e não estabelecia a criação de outra instância jurídica específica para tratar da mesma (MACIEL, 2011). Nesse meio tempo, em 2003, o Executivo Federal sancionou por meio da Lei n.10778/2003, a obrigatoriedade de notificação por toda a rede de saúde, pública e privada, de todos os casos de violência contra a mulher (BANDEIRA, 2014). No ano seguinte, em 2004, lançado o primeiro Plano Nacional

de Políticas Públicas para as Mulheres (MACIEL, 2011). Ainda antes da aprovação da Lei Maria da Penha, em 2005, foi implementado o Ligue 180 pela SPM, que encaminhava as denúncias para a Secretaria de Segurança Pública ou para o Ministério Público (BANDEIRA, 2014). Somente em 2006 foi aprovada LMP, no contexto relatado por Maciel:

O calendário das eleições presidenciais e legislativas foi decisiva para ampliar a capacidade de pressão política: o movimento conseguiu a aprovação, nas duas casas legislativas, do substituto, o Projeto de Lei n. 37/2006, que afastava formalmente a competência dos Juizados para o tratamento dos processos oriundos de violência doméstica. (MACIEL, 2011, p.103)

A Lei Maria da Penha trata violência de gênero como problema público a garantia dos direitos fundamentais e “todas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar a saúde física e mental e o aperfeiçoamento moral, intelectual e social, assim como as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança e à saúde” (MENEGHEL, 2013, p.692).

A Lei Maria da Penha foi um marco no histórico do tratamento do Estado à violência de gênero, pois foi pioneira na tipificação da violência. Como coloca Meneghel:

A Lei Maria da Penha tipificou a violência, denominando-a violência doméstica e a definiu como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial às mulheres, ocorrida em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (MENEGHEL, 2013, p.693)

Depois de aprovada a lei, no entanto, o movimento feminista brasileiro se deparou com uma nova agenda: a de garantir a efetividade da implementação da Lei

Maria da Penha. Nesse sentido, foi criado em 2007, pela aliança entre organizações de mulheres e núcleos universitários, o Observatório Nacional de Implementação e Aplicação da Lei Maria da Penha, “para produzir, analisar e divulgar informações sobre a aplicação da Lei pelas delegacias, Ministério Público, Defensoria Pública, poderes Judiciário e Executivo e redes de atendimento à mulher” (MACIEL, 2011, p.104). No mesmo ano, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do governo federal colocou como objetivo a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar (MACIEL, 2011). Esse plano incluía também a necessidade de capacitação específica de agentes públicos para lidar com essas vítimas (MACIEL, 2011). Já em 2008, a “Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” foi realizada em parceria com a SPM, e teve ampla adesão da esfera pública estatal e não estatal, nacional e internacional (MACIEL, 2011).

Ou seja, a ação coletiva do movimento feminista brasileiro pressionou primeiramente o poder Legislativo para incluir na agenda de políticas públicas o problema da violência de gênero. Depois da vitória da aprovação da Lei Maria da Penha, começou a pressionar os poderes Executivo e Judiciário para garantir que a mesma fosse efetiva.

4.2. Contextualização da Análise

O objetivo desse trabalho é compreender os diferentes sentidos dados à violência de gênero nos contextos urbano e agrícola. Para entendermos melhor esse objetivo e como iremos trabalhar para atingi-lo, é necessário explicitar como ele está relacionado aos diferentes domínios do Realismo Crítico (vide seção da metodologia em que delimitamos esses domínios e mostramos como se relacionam entre si). O nosso foco nas evidências de cada domínio especificamente no tema de violência de gênero vai nos ajudar a analisar em seguida os dados coletados na pesquisa, já que essas evidências são a ponte para a compreensão dos domínios abstratos.

Tabela 3: Os Domínios do Realismo Crítico e suas Evidências

Domínio	Evidências
Real	Machismo
Atual	Discursos sobre desigualdade de gênero e violência de gênero
Empírico	Políticas e ações públicas Elementos extra-discursivos

Fonte: Autoria própria.

Então, precisamos entender quais os sentidos atribuídos pelos entrevistados à violência de gênero. Isso é relevante porque os sentidos atribuídos delimitam a compreensão do problema, no caso, a violência de gênero. A maneira como o problema é compreendido afeta quais os tipos de políticas públicas construídas, ou a ausência delas. Essas políticas públicas, por sua vez, podem alterar a estrutura social ou reforçar a mesma, voltando para o domínio do real. Além disso, essas políticas públicas são afetadas pelos elementos extra-discursivos, como orçamento, estrutura física e recursos humanos, que por sua vez podem ser tanto causados por ou causadores da estrutura social machista. Ou seja, podemos pensar que os *locus* de formulação e/ou implementação de políticas públicas para mulheres em situação de violência são esvaziadas de recursos como consequência da falta de importância dada ao problema devido à estrutura social machista que permanece, mas ao mesmo tempo, como instrumento de manutenção dessa mesma estrutura.

Também é interessante retomarmos as características da Análise Crítica do Discurso para relacioná-las às entrevistas realizadas. Primeiramente, realismo crítico é relacional (FAIRCLOUGH, 2010), o que no caso significa que a estrutura social do machismo, os discursos sobre desigualdade de gênero e violência de gênero e os elementos extra-discursivos não podem ser analisados separadamente. Isto se deve ao fato de que cada elemento interage com os demais, sendo afetado e afetando-os mutuamente. Então, não podemos falar em machismo sem justificar sua existência

enquanto estrutura social via suas manifestações tanto discursivas, quanto extra-discursivas. Mas também não podemos pensar nessas manifestações sem entender a relação delas com a estrutura social, que pode ser geradora e/ou influenciada pelos discursos e elementos extra-discursivos.

Além disso, a análise crítica do discurso é dialética (FAIRCLOUGH, 2010). Isso significa que o machismo e a violência de gênero não podem ser analisados como uma relação causal única, por exemplo, a estrutura social machismo gera a violência de gênero. No caso, a estrutura social machista tem como uma das suas consequências manifestações como a violência de gênero, mas esta violência atua reproduzindo a estrutura social machista ou então transformando a mesma.

Para entender melhor as entrevistas realizadas à luz da ontologia do realismo crítico, dividimos a análise da pesquisa em duas partes principais: as manifestações discursivas da estrutura social e suas manifestações extra-discursivas. Na primeira seção iremos partir do plano geral das manifestações do machismo e em seguida focar na manifestação específica de violência de gênero. E na segunda parte iremos descrever e analisar questões de recursos humanos, físicos e orçamentários.

4.3. Manifestações discursivas da estrutura social

Durante a pesquisa, encontramos evidências de diferentes sentidos dados pelos atores sobre desigualdade de gênero. Mesmo com suas diferenças, a principal referência dos entrevistados é a cultura, de que o mundo em geral é machista e o Brasil o é com mais intensidade.

Percebemos que a desigualdade entre os gêneros envolve discursos que acabam encontrando entraves durante as falas dos entrevistados. Por exemplo, segundo Fábio, a mulher é vista pela sociedade como sexo frágil, apesar ser na prática mais forte porque *“se um homem pega uma gripe ele cai na cama e não levanta pra nada, a mulher tá de gripe ela tá limpando casa, tá lavando vasilha, tá fazendo almoço”*. Ele começa o seu discurso preocupado com a visão da sociedade de que a mulher é um sexo frágil e inferior ao homem, demonstrando um discurso contrário à estrutura social machista. No entanto, ele muda seu discurso no meio da frase,

justificando sua posição contrária a essa estrutura com exemplos de atividades colocadas pela estrutura social machista como atividades de mulher: limpar, lavar, cozinhar.

Luiz reforçou sua crença no que seria a igualdade de gênero a ser perseguida diante do discurso de **Fábio**:

*Não significa você ser submisso você saber como deve ser conduzida uma relação, um casamento. É questão de respeito mesmo. O significado forte da família, o que significa família. Ou qual é a figura do pai, qual é a figura da mãe. O que é a **figura do homem** dentro da sociedade, o que é a **figura da mulher** dentro da sociedade. Então, trabalhar essa questão da igualdade é muito difícil porque a gente não pode confundir com certas **libertinagens**. **E tem mulheres hoje mal instruídas, que não têm uma instrução pra que isso aconteça.***

Nesse discurso, **Luiz** reforça as figuras do homem e da mulher da estrutura social machista, pois atribui um sentido normativo à ideia de relação, casamento e família, isto é, coloca como sendo relações positivas onde existem claramente os papéis da mulher e do homem e conseqüentemente, coloca como relações negativas relações que não seguem esse padrão estabelecido socialmente. Seu discurso evidencia o machismo da esfera real, podemos dizer que aqui se manifesta inconscientemente, quando afirma que a igualdade entre os gêneros é ameaçada por “libertinagens”, que segundo ele decorrem de uma falha da mulher, por falta de “instrução”, de cumprir seu papel enquanto “figura de mulher” dentro de uma relação. Nesse sentido, também há evidências de que o sentido construído por ele de um relacionamento é heteronormativo, em que necessariamente deve haver a “figura do homem” e a “figura da mulher”, o que faz parte também da estrutura social machista.

Esse reforço dos papéis sociais desiguais seria explicado, segundo **Roberta**, pela educação sexista que ainda existe no Brasil em que homens e mulheres são educados diferentemente pelas famílias e pelas escolas. Ela explica que “*geralmente,*

os brinquedos que aguçam a criatividade da criança são masculinos, a menina ainda brinca com boneca, com panelinha, enfim, com as lides domésticas”.

Além disso, outro fator apontado como importante para a desigualdade entre os gêneros é o arcabouço jurídico que historicamente privilegiou os homens porque, segundo a **Talita**, “*nós temos um país muito marcado pelo machismo, nossa lei que trata especificamente sobre o assunto é ainda muito jovem, nós nos deparamos com muitas injustiças antes da existência da Lei Maria da Penha, até algumas décadas atrás a mulher sequer votava”.*

Em contraposição, **Ana Paula** contou uma anedota para justificar que as causas da desigualdade de gênero vão além de leis:

*Aí eu chamei uma amiga, a faxineira, uma pessoa muito humilde, terceirizada, (...) e aí eu perguntei: ‘fulana, você tem relação com o seu marido quando?’ Aí ela ficou sem graça, ela disse: aí doutora. E eu: ‘Diz pra eles quando’. ‘Quando ele quer.’ E aí eu acho que há um tempo longo entre a **cultura e a lei**.*

A cultura nessa fala pode ser vista como parte da esfera atual, em que os seres humanos ativam as estruturas do domínio real, construindo sentidos a partir delas. Nesse caso, o domínio do real é a estrutura social machista, que é ativada por meio da cultura, nesse caso citado por **Ana Paula**, com evidências de elementos de sexualidade, que influenciam e são influenciados pela estrutura social desigual entre homens e mulheres. Já a lei à qual **Ana Paula** se refere, a Lei Maria da Penha, faz parte do domínio do empírico, ou seja, uma legislação fruto de eventos e ações da sociedade. Quando a entrevistada diz que “*há um tempo longo entre a cultura e a lei*”, ela mostra evidências de que o domínio do empírico pode trazer inovações, como a Lei Maria da Penha. Porém, isso não significa que a lei necessariamente revolucione a estrutura social, como a cultura que nesse caso, que continua reproduzindo um comportamento sexual machista, em que o homem determina quando quer ter relações sexuais e a mulher não tem voz.

Na pesquisa surgiram dois sentidos dados à maneira como o machismo se

manifesta na sociedade: relativos ao grau de instrução e à estrutura econômica. O primeiro foi reforçada pelos funcionários do CREAS visitado, por Talita e por Rafael. Segundo os entrevistados, quanto mais educação e mais informação chegam até as pessoas, menos machistas elas são. Rafael afirmou que a falta de instrução das mulheres da área rural, decorrente de uma menor escolaridade e maior isolamento, seriam geradoras de uma subnotificação de casos de violência (vide seção 2) na zona agrária. Ele conta que essa subnotificação “*é incentivada primeiro no meu ponto de vista pela questão cultural, da própria mulher não procurar, que ela é mais desprovida de informação e tudo mais.*” Consequentemente, a diferença nas manifestações do machismo nas áreas rural e urbana seria a intensidade porque segundo estes entrevistados a área rural teria um vão de instrução e informação recebida em relação à área urbana.

Aqui, temos dois elementos da esfera real dialogando entre si. O grau de instrução está relacionado à estrutura social diferente entre áreas agrárias e urbanas. E a estrutura social machista também se localiza no plano real, como mencionamos anteriormente. Assim, uma desigualdade estrutural de instrução agravaria uma outra desigualdade, de gênero no caso, justificando elementos discursivos (atual) e extra-discursivos (empírico) que reforçam uma dupla desigualdade, evidenciando uma minoria dentro das minoria das mulheres, as mulheres da zona agrária.

Por outro lado, Laura e Roberta afirmaram a importância das estruturas econômicas na manifestação do machismo. Roberta colocou a questão da composição da renda familiar porque “*na área rural o homem continua sendo chefe de família, mesmo que a legislação tenha mudado*”. Além disso, ela afirma que a estrutura do trabalho do campo, que é direcionada pelo homem, aumenta seu poder na relação com a mulher. Segundo Laura, esse poder seria explicitado na maneira mais aberta de o machismo se manifestar na área rural. Segundo ela, “*o cara diz ‘eu não quero’; ‘você não vai’; ‘assim não pode’; ‘porque eu sou homem’; ‘eu que faço isso’; ‘essa é a sua tarefa’, isso (o machismo) é claro no mundo rural, existe uma abertura maior para se dizer*”.

Outras evidências da manifestação do machismo na divisão das tarefas domésticas e na própria convivência com a família esteve presente no discurso da

Ana Paula. Segundo ela, a mulher tem na nossa sociedade a responsabilidade com a casa e com a família, enquanto o homem fica mais livre dessas obrigações. Um exemplo que ela apresenta é: *“até no meu bairro eu me irrita porque os homens vão beber no bar, como que os homens vão beber no bar e as mulheres tão em casa lavando, passando, cozinhando, cuidando dos filhos no sábado?”*.

Vitória mostrou que na área urbana a manifestação do machismo está relacionada à sexualidade da mulher, porque segundo ela as outras desigualdades de gênero seriam dadas como conquistadas apesar de não o serem efetivamente. Por isso, ela afirma que *“(o machismo) fica essa coisa escondida, escamoteada”*. O sentido dado por **Vitória** ao falar de machismo “escondido”, nos remete ao domínio do real. Isto é, na área urbana avanços foram sendo logrados como a entrada da mulher no mercado de trabalho, gerando maior independência financeira, aumento gradual da participação política das mulheres dentre outros. Contudo, essas mudanças estão no campo do atual e do empírico, mas não foram suficientes para mudar a esfera do real, levando à permanência da estrutura social machista. Ou seja, o machismo permanece, “escondido”, em partes da vida social como na sexualidade da mulher, que acabam reforçando uma relação desigual com a mulher colocada em situação inferior ao homem.

Depois de um olhar mais geral para as manifestações do machismo às quais os entrevistados deram sentidos, olhamos mais especificamente nas entrevistas uma de suas manifestações, a violência de gênero, que perpassa pelos vários tipos de violência descritos na Lei Maria da Penha. Na conversa com a **equipe** do CREAS, nos foi relatado que quase não chegam queixas da zona agrária, mas a conclusão da equipe é de que a violência na zona agrária é mais psicológica do que física. Essa conclusão se baseia no seguinte discurso construído pela **equipe**:

Então ela vem na cidade, ela faz a compra, ela vem matricular os filhos na escola e só volta no outro ano. E ela está ali, a alegria dela. Às vezes a gente percebe quando a gente atende uma mulher do campo, ela sempre traz uma manga, uma fruta que ela que colhe. E isso faz com que ela fique realmente responsável pelos filhos, pela casa, por algumas coisas ali que

beneficiam muito o homem. Por isso que a violência física não acontece. Porque para acontecer a violência física precisa de muita ira. E ela não está vendo o que está acontecendo aqui na cidade. Quando o marido vem entregar o leite, se ele dá um litro de leite para uma menininha ali. Se ele tem um casinho ali, ou outro ali, você entendeu? Ele fica mais solto. Ele é responsável por suprir toda a necessidade ali da zona rural, mas ela fica ali, cuidando de tudo.

Nessa fala, temos evidências de que a construção de sentidos sobre as causas da violência de gênero acabam voltando para a estrutura social machista e colocando a mulher como culpada pela situação. Isso porque o discurso coloca a ira como causa da violência física, e depois a ira como algo gerado pela insatisfação da mulher com os comportamentos do homem. Assim, a fala começa com um tom normativo positivo, de que a mulher é feliz no campo, e de que na área rural a violência física não ocorre, mas depois acaba culpabilizando as mulheres da área urbana pela violência física que ocorre na cidade, porque se ocorre é em decorrência de seus comportamentos que geram a ira no homem.

Segundo a [Roberta](#), as mulheres da zona rural sofrem um tipo de violência que é menos comum na área urbana, a violência patrimonial. Isso ocorre porque apesar de a mulher trabalhar no campo, com a produção de alimentos e tarefas domésticas, ela não tem remuneração pelo trabalho realizado e o homem acaba sendo quem tem posse do patrimônio da família e quem decide todos os gastos.

[Vitória](#), por outro lado, tem outro discurso:

(...)violência de gênero é violência de gênero em todos os lugares. Mas assim é que eu acho que é difícil de falar, mas acho que não, acho que assim (pausa) talvez uma outra questão diferente, talvez na área rural você tenha mais essa questão da concretude, da questão da localidade, a violência ser física, doméstica, não é uma coisa tão refinada quanto na área urbana, que hoje você vê violências na internet, você tem tecnologia para usar para isso.

Podemos então depreender que as diferenças em termos da violência de gênero nas zonas rurais e urbanas são ainda muito pouco compreendidas, como podemos perceber pela pluralidade de concepções em termos do que acontece e pelas notificações não chegarem até os locais que trabalham com mulheres em situação de violência.

Existem divergências também quanto ao que é política de gênero e, conseqüentemente, como ela deveria ser executada. Para **Ana Paula**, política de gênero é uma política que reconhece a vulnerabilidade do gênero feminino frente ao masculino e a partir disso tem um enfoque na equiparação das desigualdades em todas as secretarias e não apenas em uma secretaria de políticas para as mulheres especificamente.

Em contraste a essa visão, **Roberta** defende a necessidade de um órgão específico para tratar da política de gênero, uma vez que existem especificidades dessa política pública que a organização seria responsável por garantir. Segundo ela:

Se já houvesse a equidade de gênero seja no trabalho, na casa, enfim, nas relações, não precisaria mesmo de um organismo. Mas como a mulher tem questões específicas como a saúde da mulher, o trabalho da mulher, a capacitação, então nós temos que ter políticas públicas desenvolvidas em um espaço público e que esse espaço se comunique com os demais porque as políticas são transversais. Quando nós falamos de mulher, nós estamos falando de saúde, de educação, de segurança, que são políticas que estão sendo desenvolvidas em outras áreas institucionais. Mas a importância da concentração em um organismo é porque esse organismo vai fazer a articulação com os demais, promover essa transversalidade e de fato implementar essas políticas específicas.

É interessante notar também que há uma diferença nos discursos quanto à igualdade de gênero, que foi apontada pela maioria dos entrevistados como o objetivo da política de gênero. Segundo **Vitória**, a igualdade buscada por esse tipo de política

seria material, ou seja, efetivar as igualdades da lei entre homens e mulheres. Já para **Talita**, essa política seria responsável por “*tentar adequar todas essas diferenças e não igualar todos porque não somos iguais, mas tentar equilibrar para que todos nós possamos viver pacificamente e sem existir essa relação de subordinação, que há muitas vezes entre homem e mulher*”.

O sentido dado por **Roberta**, a políticas transversais, é de que estamos falando de uma política que envolve diferentes segmentos da atuação pública e, por isso, de vários atores envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas de gênero. Nesse sentido, existe a necessidade de “*fazer um processo de convencimento dos gestores sobre a importância dessas políticas*”.

Essa ideia foi explicada também por **Vitória** quando relatou o desafio na prática de lidar com o caráter transversal da política de gênero:

O desafio é a visão de política de gênero. Muita gente fala, a gente está com tanta preocupação por que a gente vai se preocupar com isso? Como se fosse o acessório ou o a mais, né, o plus. Acho que essa visão ela é de todas as instâncias, no executivo, no legislativo e dentro da defensoria há esse visão de que não perai a gente tem pouca gente, pouco dinheiro então a gente vai investir no que realmente é importante. E isso nunca é a mulher. Então eu acho que você vai ver isso em todos os lugares que você visitar porque é essa a visão, a sociedade vê assim. Então isso é só a reprodução de como a sociedade enxerga as questões de mulher, as questões de mulher são sempre ah mulher é sensível, mulher reclama muito, mulher não sei o que.. não é tão grave assim, exagera.

As organizações às quais foi dado o papel de realizar uma política pública transversal com o viés de gênero são a **Subsecretaria de Políticas para as mulheres de Goiás**, a **Secretaria da Mulher em Professor Jamil**, a **Coordenadoria de Políticas para as Mulheres do estado de São Paulo** e o **Núcleo Especializado de Promoção de Direitos da Mulher**. Os sentidos dados à transversalidade pelos entrevistados mostra que o papel construído dessas organizações seria o de articular outras organizações do

Estado e conscientizá-las para as desigualdades de gênero dentro e fora das organizações. A partir dessa construção de sentidos do que é transversalidade e atribuição desse papel a organizações voltadas para a questão da mulher, está diretamente relacionado aos recursos materiais que são destinados a essas organizações (sobre os quais aprofundaremos na seção 4), porque são vistas como organizações paralelas àquelas consideradas como “principais”, como podemos notar no discurso da **Vitória** em que ela afirma que as dificuldades de atuação do núcleo passam em geral pelo sentido secundário e marginal dada à questão de gênero. Ou seja, esses elementos discursivos e extra-discursivos acabam distorcendo a questão da transversalidade. Isso porque a mesma surgiu *de jure* (BAUMAN, 2001) como uma maneira conseguir resolver problemas complexos tratando-os de maneira transversal e acabou sendo utilizada *de facto* (BAUMAN, 2001) como uma ferramenta para a reprodução da estrutura social machista devido à impressão que se cria de que o problema de gênero está sendo resolvido pela existência dessas organizações com o enfoque em gênero, mas na prática elas não são empoderadas nem na agenda, nem no orçamento.

Portanto, esses diferentes sentidos dados ao que é machismo, violência de gênero, política de gênero, transversalidade, e a que servem e como deve ser realizados/combatidos, são importantes para entender quais os tipos de políticas públicas efetivamente colocadas em práticas (PHILIPPS; SEWELL; JAYNES, 2008) por essas diferentes organizações (vide seção 3 em que mostramos como os elementos extra-discursivos dialogam com os discursos). Além disso, nessa seção encontramos evidências de que a estrutura social machista tem uma força muito grande, pois apesar algumas ressignificações (de a mulher não ser sexo frágil), ela permanece latente no discurso, voltando a reproduzir a estrutura de desigualdade de gênero. Nesse sentido, os contextos agrícola e urbano parecem não mudar a existência dessa estrutura social, mas vamos averiguar a seguir se esses contextos apontam diferenças em relação aos elementos extra-discursivos.

4.4. Elementos extra-discursivos

Nessa seção, iremos analisar os principais elementos extra-discursivos que surgiram durante as entrevistas e se relacionam com os discursos apresentados (PHILIPPS; SEWELL; JAYNES, 2008). São eles: a Lei Maria da Penha, sobre a qual discorreremos no referencial teórico, a estrutura física das organizações, os recursos humanos disponíveis e as ações ou políticas públicas resultantes de suas atuações.

A Lei Maria da Penha, por ser um marco jurídico em relação ao tratamento do Estado à violência de gênero, em seus diferentes tipos, surgiu em todas as entrevistas como base para o trabalho realizado pelos diferentes organismos. Do ponto de vista das soluções, segundo **Vitória**, foi importante para fortalecer os movimentos sociais que lutavam pela questão da mulher e abrir espaço então para que esses movimentos exigissem esse olhar dentro de diferentes instituições como a defensoria pública.

Contudo, **Ana Paula** reforça que a Lei Maria da Penha foi precedida por algumas leis que na verdade, ainda não são de conhecimento pela população em geral. Ela relata um caso que lhe aconteceu na delegacia da mulher:

Eu tinha recebido uma ocorrência que era um homem que tinha enfiado uma faca na esposa dele casada há 30 anos porque ela comprou um conjunto de panelas e ele discordava do entendimento dela de como se gastava o dinheiro. Então, que ela era uma vagabunda, dizendo ele. Só que essa vagabunda trabalhava, era uma enfermeira padrão no hospital de Diadema e ele estava, há onze anos... E além de trabalhar e sustentar ele, ela lavava, passava, cozinhava, e ela entendeu que com o salário dela dava pra comprar um conjunto de panelas. Aí ele puxou a faca pra ela, veio uma ocorrência, falando da tentativa de homicídio, o filho falou: 'não vou testemunhar conta meu pai, ainda que eu ache que a minha mãe corre risco com ele'. A mãe não quer, vem falar: 'não, foi só um desentendimento'; ela vem de um ciclo de violência. E eu não ia ter nenhuma testemunha no inquérito, não ia dar certo o flagrante, e aí eu falei bom, ela não vai dormir em casa, porque a nossa preocupação não pode ser em fazer um papel, deve ser o de garantir a

segurança da mulher. E aí o marido vira pra mim e fala: 'eu não vejo motivo para conceder o divórcio'. E aí eu tive um surto com ele porque eu falava: 'o senhor vive na idade da pedra?'. Porque quando eu nasci já tinha a lei do divórcio, mas para eles não. Ele ainda achava que ele tinha o direito de dar ou não o divórcio. E isso foi em 73! E aí a gente começa a olhar e ver quantos anos demoram para uma população se apropriar daquela legislação, se é que a lei pegue, porque no Brasil tem lei que não pega, não é um país sério. Mas a lei Maria da Penha veio, ele conhece a lei, mas ele não conhece a lei do divórcio. E isso é regra.

Ou seja, a Lei Maria da Penha, que está no domínio do empírico, ou seja, o que é efetivamente experimentado pelos atores, não garante o entendimento de outras leis que mudaram as relações familiares em termos legais e os direitos igualados *de jure* (BAUMAN, 2001) entre homem e mulher. Então, antes da Lei Maria da Penha, houve uma sucessão de leis que reforçavam a estrutura social machista no domínio do real. Mesmo com as novidades da Lei Maria da Penha, portanto, não foi possível revolucionar a esfera do real, e isso fica evidente com a permanência de outras leis anteriores no imaginário das pessoas. Além disso, Ana Paula também expôs a dificuldade de se implementar a Lei Maria da Penha *de facto* (BAUMAN, 2001):

Então a gente tem dispositivos como autoridade policial civil deverá garantir a segurança da mulher, e aí o tema da minha dissertação aquela vez foi a segurança da mulher na Lei Maria da Penha. Porque ela é linda, mas como que uma delegada com três policiais garante a segurança de alguma mulher? Eu queria saber porque o policial geralmente vai no fórum, busca laudo, leva laudo e etc. Um tem que ficar na delegacia porque geralmente os homens não respeitam as mulheres mesmo, as mulheres policiais, aí tem que ter toda uma lógica dentro da polícia e da questão sociológica da polícia de que é melhor ter uma forma ostensiva em determinados momentos do que ter que usar a força, então é melhor ter policiais homens armados do que ter que ser duro com o indivíduo que vira e fala: 'eu não respeito mulher', e eles falam isso! E

não é um desacato à autoridade policial civil, é uma relação de que eles não respeitam o gênero feminino como igual. E isso é muito complicado. Aí sobra um policial, que não pode sair de viatura, porque se não é viatura descaracterizada. E aí eu tenho que garantir a segurança da mulher. Aí eu tenho que colocar ela em um abrigo. Qual abrigo? Ah, a prefeitura de São Paulo agora parece que melhorou o sistema de abrigamento. É, melhorou, mas pra isso a gente precisa fazer boletim de ocorrência em uma delegacia que esteja aberta 24 horas e a gente não tem delegacia da mulher aberta 24 horas.

Ou seja, faltam recursos humanos e orçamentários para manter a delegacia funcionando bem e por 24 horas, elementos do domínio empírico, e a própria lida diária da delegada mulher com o machismo a impede de realizar seu trabalho sem ter o acompanhamento de um homem. São evidências de que a criação de delegacias especializadas, apesar de terem sido um avanço, está longe de apresentarem uma transformação à estrutura social desigual, uma vez que a distribuição material insuficiente impacta na reprodução das desigualdades de gênero.

Mostrando essa dificuldade por um outro viés, **Talita** afirmou que a Lei Maria da Penha fez com que as pessoas olhassem para as delegacias da Mulher como uma “*célula de expansão de políticas públicas*”, quando, segundo ela, a delegacia da mulher é uma “*delegacia como qualquer outra, a gente está aqui para prender o agressor, investigar, concluir processo e encaminhar ao poder judiciário*”. Esse discurso de **Talita** mostra que o sentido dado por ela à delegacia especializada é de uma delegacia como qualquer outra. Isso implica que mesmo havendo uma tentativa *de jure* (BAUMAN, 2001) em trazer ferramentas no domínio do empírico para combater a violência contra a mulher, *de facto* (BAUMAN, 2001) a delegacia da mulher, sendo vista pelos atores que dela participam como uma delegacia da mulher, acaba sendo uma força de manutenção da estrutura social machista no domínio do real.

Outro discurso importante sobre a Lei Maria da Penha que surgiu na pesquisa de campo foi a **Joana**. O sentido atribuído por ela à Lei Maria da Penha é de ceticismo porque, de acordo com ela, as mulheres voltam com um papel de medida protetiva

que não serve para nada, assim como a torzeleira não salva a mulher. Segundo **Joana**, se o homem quer matar a mulher, não vai ser isso que vai impedi-lo e nem há recursos suficientes para que o poder público impeça que isso aconteça em sua cidade e seus arredores.

Inclusive, na entrevista ouvimos pela única vez durante a pesquisa vítimas de violência de gênero, duas mulheres que vieram fugidas para a cidade do. Uma veio de Trindade (Goiás) fugindo à noite com os seis filhos e sua mãe do marido que a agredia psicologicamente e fisicamente. A secretária a ajudou quando chegou, encaminhando-a para atendimento psicológico no CRAS e conseguindo um emprego para ela recomeçar a vida. Até hoje ela está lá escondida do marido e, segundo ela, ela já tinha procurado duas vezes delegacias comuns, por serem as disponíveis na sua região, e que a Lei Maria da Penha e a medida protetiva não ajudaram em nada a situação.

Para **Joana**, esse é um exemplo de vários que a levam a construir um sentido de que as mulheres quando não querem mais ficar com os maridos e conseguem, largam tudo e fogem. Isso porque, segundo ela, as mulheres que fazem denúncias as fazem na esperança de mudar o comportamento dos seus parceiros para continuar com eles e não para que eles sejam presos. Isso coloca em evidência que *de facto* (BAUMAN, 2001) a lei não consegue mudar a estrutura social.

Queremos compreender melhor a distribuição material que as organizações entrevistadas possuem hoje para realizarem seu trabalho. As pesquisas em Goiás e em São Paulo foram conduzidas nos locais de trabalho dos entrevistados, o que possibilitou conhecermos sobre o espaço em que essas políticas estão sendo realizadas e a dimensão das equipes por trás das mesmas. Escolhemos descrever essas condições de algumas organizações que melhor contribuem para nossa interpretação e análise.

O **CREAS** de uma cidade do interior do estado de Goiás, por exemplo, fica em uma casa térrea, com uma sala pequena na entrada onde são recebidas as vítimas. A maior parte da equipe do **CREAS** é composta por homens e a entrevista foi realizada com três membros da equipe: o coordenador, a assistente jurídica e o educador social. Percebemos que, além de o centro não ser um espaço voltado especificamente para

mulheres, a reprodução da estrutura social desigual está claramente manifestada na composição da equipe, que é composta por uma maioria masculina. Além disso, a estrutura física não permite diferenciação entre as populações em situação de vulnerabilidade atendidas. Isto significa que homens, mulheres e crianças são atendidas em um mesmo local, o que evidencia que no domínio empírico as chances de mulheres em situação de violência se sentirem à vontade para darem suas queixas e buscarem ajuda no centro são reduzidas, sendo outro fator que contribui para a manutenção da esfera real machista.

Já a [Superintendência de Políticas para Mulheres em Goiás](#) fica no centro de uma cidade de Goiás, em uma estrutura de dois andares na avenida principal da cidade. Do lado de fora, a pintura é roxa e está bem sinalizada, com campanha do Disque-100 na fachada e a frase “*Violência contra mulher não tem desculpa, tem lei*”. O prédio tem uma secretaria com várias cadeiras na frente, onde as pessoas se identificam e são encaminhadas para salas menores de acordo com a solicitação. Enquanto esperamos pela entrevista, nos abordaram quatro vezes por funcionárias diferentes perguntando se alguém já tinha nos sido atendido. Cada sala tem uma função específica: assistentes sociais, psicólogos, assistentes jurídicos, todas de atendimento localizadas no andar de baixo, próximas à entrada. Também no andar de baixo no interior do prédio, ficam as salas onde são realizados trabalhos de capacitação e no andar de cima ficam as salas administrativas. As condições materiais desse local foram uma exceção em relação às demais organizações visitadas. Isso porque a maioria dos profissionais são mulheres e o atendimento não é em um balcão, mas diretamente com psicólogas ou assistentes sociais em salas privativas. Essas condições, no entanto, não são estáveis. Como conta [Roberta](#):

Essa secretaria foi criada em 1987, ela chamava Secretaria Estadual da Condição Feminina. E foram muito importantes esses quatro anos no governo Henrique Santillo, foram inovadores no sentido de implementar uma política que era muito pouco tratada no âmbito institucional. Então, foi fantástico. E nesse período governamental houve políticas de segurança para a mulher, saúde para a mulher, enfim, abriu um espaço importante no Estado

de Goiás. Só que infelizmente os governos subsequentes extinguiram a secretaria. E ela só veio a ser retomada no primeiro governo Marconi Perillo, isso foi no final da década de noventa. E ele criou uma superintendência da mulher, e ela se tornou secretaria no governo seguinte e aí ela já vem agora dentro de um âmbito institucional como secretaria de estado, mesmo que acoplado a ela, por razões de ordem principalmente econômica e financeira do estado, tem a secretaria da mulher junto com outras áreas sociais e de direitos humanos.

Ou seja, é importante relativizar a estrutura física e equipe que vimos porque historicamente a pauta da mulher foi tratada como um assunto secundário, como vimos no discurso de **Roberta**. O impacto disso é que quando a situação financeira do estado complica, a pauta é uma das primeiras que recebe cortes orçamentários ou é acoplada a outras pautas, como está acontecendo agora. A pauta da mulher, que antes já dividia uma secretaria com a de desigualdade racial, hoje foi incorporada por uma secretaria guarda-chuva chama Secretaria Cidadã, que abarca os temas da mulher, do desenvolvimento social, da igualdade racial, dos direitos humanos e do trabalho. Isso mostra que quando não há mudanças no domínio real, as mudanças no domínio empírico não são permanentes, são instáveis e dependem de elementos extra-discursivos que estão sujeitos à estrutura social do real. Ou seja, quando a secretaria tem condições financeiras, ela pode até colocar a questão da mulher em pauta, mas assim que acontecerem momentos econômicos desfavoráveis, a igualdade de gênero não permanece na agenda, pois nunca foi prioridade, já que está inserida dentro de uma estrutura social machista.

A **Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Goiás**, por sua vez, fica em um casarão de dois andares no setor central de uma cidade de Goiás. Tem uma sinalização discreta e é guardada por um policial militar na porta. Entrando na delegacia tem uma sala com banquinhos de madeira, sem encosto, para as vítimas e seus acompanhantes aguardarem. A delegacia de uma forma geral pareceu muito interessada em estatísticas e pouco sensibilizada com as vítimas, que tratam exatamente por esse nome e não como cidadãs. O clima de maneira geral é tenso, há

várias mulheres chorando, esperando nos banquinhos pela oportunidade de subir as escadas da delegacia. Em frente aos bancos tem um grande balcão que bloqueia a entrada para o restante do edifício, onde se encontra uma secretária. Tudo tem que passar antes por ela, então as mulheres vítimas falam, na frente de todo mundo, a sua queixa. Enquanto esperava pela entrevista, uma mulher chegou e mostrou hematomas no braço para a secretária e recebeu como resposta: “*Você tomou banho? Isso é sujeira ou é hematoma mesmo?*”. Quando são chamadas para subir e serem atendidas pela escritã ou delegada, respondem por um grito “*A vítima pode subir!*”, o que acaba contribuindo para a estigmatização.

Essa visita nos trouxe mais evidências de que fazer organizações especializadas é um avanço sim, mas que mesmo que elas sejam diferentes em sua concepção, o problema não fica totalmente resolvido. Nesse sentido, enquanto não promovermos mudanças na estrutura social do machismo, novas legislações ou organizações irão promover mudanças graduais. Sem atacar essas causas, a delegacia especializada é uma réplica da delegacia comum, porém com delegadas mulheres, mas que reproduzem a estrutura social machista no tratamento que elas dão às vítimas, no ambiente em que as mulheres em situação de violência têm que frequentar para ir atrás de seus direitos, na forma como elas são questionadas por estarem lá, entre outros.

Por fim, fomos até a [Coordenadoria de Políticas para as Mulheres](#). O simbolismo é importante desde o momento de procurar essa secretaria na internet, foi muito complicado achar informações em sites de busca. Mesmo depois de conseguir encontrar em qual site maior a coordenadoria se encontra, sua posição no rol de subsecretarias e coordenadorias da secretaria é a última. Além disso, a entrevista em si foi na coordenadoria, que fica em um prédio antigo e central. Descobrimos que a coordenadoria fica no último andar da secretaria em uma sala mais escondida, e não há identificação da coordenadoria nos corredores como as demais do prédio, que estão sinalizadas. A [coordenadoria](#) consiste fisicamente em uma sala de reunião acoplada ao escritório da [Flávia](#), que é a única componente da equipe.

Fomos também até uma cidade do interior de Goiás a aproximadamente 70 quilômetros de Goiânia. A [Secretaria de Mulheres do município](#) só existe no nome, não tem estrutura física, nem recursos financeiros, apenas o cargo da secretária. Então, o atendimento é feito na casa da secretária, na sala de entrada, onde tem duas mesas de alumínio juntadas e forradas com um pano, um sofá e uma cadeira de cada lado, ao fundo têm equipamentos de cabelereiro, profissão que ela exercia. Quando chegamos lá, a sala estava cheia, com pessoas se inscrevendo para o Minha Casa Minha Vida com a ajuda da secretária e durante a conversa, entraram vários cidadãos de Professor Jamil e todos vinham com assuntos diversos a serem tratados por ela.

Essa entrevista em Professor Jamil nos mostrou que às vezes apesar de elementos extra-discursivos escassos, como o caso de [Joana](#), existe a possibilidade de tentar atacar as causas do machismo, por exemplo, chamando os homens para conversarem nas rodas e promovendo o diálogo mediado entre casais. Mesmo assim, não é isoladamente que se consegue combater uma estrutura social tão forte quanto o machismo.

Pensando tanto nos discursos (seção 2), quanto nos espaços e equipes disponíveis, é possível perceber como eles se interligam com as ações dos órgãos entrevistados. Primeiramente, para nós, nenhuma das organizações entrevistadas estão formulando ou implementando políticas públicas, no sentido que discutimos no referencial teórico, de ação organizada do Estado para combater um problema. Isso porque todas essas organizações realizam ações desconexas e pontuais para tentar lidar com o problema, sem atacar suas causas e reproduzindo as desigualdades de gênero (domínio real).

O [CREAS](#) visitado realiza atendimento de crianças, adolescentes, mulheres e idosos em situação de vulnerabilidade social. Durante a entrevista, percebemos que existe uma confusão muito grande entre os tipos de atendimento que o [CREAS](#) realiza, tanto que quando foi perguntado sobre o que é política de gênero, a resposta foi mais sobre políticas para adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Já a [Superintendência de Mulheres](#) visitada seria responsável por formular políticas públicas para esse público-alvo. De acordo com [Roberta](#):

A nossa principal política é a garantia da segurança, tanto que nós temos desde o atendimento primário da mulher através de uma assistência social, psicológica, jurídica, até o abrigamento dessa mulher vítima de violência .Então a gente direciona as nossas políticas nesse sentido. Mas também nós temos que cuidar das outras questões que são inerentes à mulher, a saúde, a educação, e aí principalmente eu vejo hoje que o nosso papel enquanto instituição pública é desenvolver mesmo campanhas de sensibilização.

Fora isso, a **superintendência** está capacitando 2.500 profissionais, servidores nas áreas de educação, saúde, movimentos sociais, que trabalham com mulheres em situação de violência. Existe também uma equipe específica da superintendência responsável pelas duas unidades móveis que a secretaria recebeu em 2013 pelo governo federal para atender mulheres do campo. As **unidades** começaram o trabalho indo até o interior para prover serviços de assistência social, jurídica e psicológica. No entanto, a equipe se deparou com uma rede muito fragilizada, e incapaz de continuar o encaminhamento das demandas das mulheres.

Além disso, quando chegou na zona agrária, a **equipe** percebeu que lidar com essas mulheres em situação de violência da área rural era um desafio diferente do que estavam acostumados na capital. Isso porque as **unidades móveis** iam para o campo, mas as mulheres tinham receio de entrar ou não conseguiam chegar, porque são ônibus rosas que chamam muita atenção e ficam inviáveis para uma mulher nessa situação procurar sem ser vista por outras pessoas da região e isso chegar até o agressor. A tática adotada então pelas **unidades** é:

Quando vem uma solicitação do município, a gente sempre procura saber se é festividade, porque para nós é melhor. Porque aí tem a unidade móvel e outros serviços na praça em que ela pode transitar. Só a unidade móvel, que é muito chamativa, não funciona. É um ônibus rosa, e ela fica mais acanhada. A gente sempre procura incentivar o município a promover outras coisas ao mesmo tempo para preservar a mulher, promover a diluição

nesse espaço e garantir minimamente que ela suba na unidade.

Apesar disso, quando visitamos a **equipe** eles não estavam indo a campo, porque estavam em uma fase de transição. Como encontraram uma realidade diferente da que imaginavam, o seu trabalho agora está sendo capacitar a rede, montar material, fazer reuniões, entre outros, para tentar alinhar o trabalho de todos. **Manuela** esclarece:

Nesse sentido, o trabalho da equipe vem sendo reformulado, porque inicialmente a ideia era ir ao interior e ser a porta de entrada das mulheres vítimas de violência, levar informações sobre os seus direitos e onde buscar ajuda e depois ter esse trabalho continuado pelos órgãos competentes mais próximos. No entanto, ao irem para o campo, a equipe percebeu que a rede estava despreparada para dar continuidade ao trabalho e que, portanto, seria inútil fazer o trabalho como anteriormente previsto sem dar a capacitação necessária.

A **Secretaria de Segurança Pública** por sua vez faz parte da rede de combate à violência contra a mulher e tem um papel importante tanto pelas **DEAMs**, quanto pelo monitoramento e fornecimento de informações criminais que servem de insumo para a **Secretaria da Mulher**. No entanto, não existe uma parceria sólida em que ambas as secretarias atuam conjuntamente e amplamente em termos do estado e se responsabilizam pela situação das mulheres que sofrem violência.

Portanto, a **secretaria** não tem políticas públicas mais amplas em relação ao combate à violência contra a mulher, porque entende que essa competência é da Secretaria da Mulher. O que a secretaria faz é atuar em regiões específicas, dependendo do gestor que está em determinada área integrada de segurança (região onde a polícia militar e a polícia civil tem a mesma circunscrição). Como nos disse um major da secretaria:

Que tipo de ação preventiva que vai ser implementada em

determinado local depende de quem? Do gestor que que está ali naquela região, em identificar qual é o problema dele em implementar essa questão da prevenção.

No mais, percebemos que tanto os centros de referencia, **CREAS** e aqueles de **secretarias/subsecretarias de mulheres** quando existem, quanto as delegacias especializadas e os dados das secretarias de segurança são em geral voltados para mecanismos jurídicos de proteção à mulher. Mesmo havendo equipes de assistência social e psicólogos em algumas instâncias, o foco principal das ações desses órgãos é garantir medidas protetivas e/ou prender agressores.

Além disso, nos **centros de referência** são realizados estudos de caso multidisciplinares para determinar o encaminhamento dado à vítima. De acordo com os discursos discutidos na seção anterior, percebemos que apesar de parecer o procedimento ideal a ser feito, pode ser uma abertura para um julgamento social da vítima pelos membros da equipe.

Fora esses órgãos, tivemos contato com o trabalho de uma entidade do terceiro setor, cuja atuação era bastante diferente dos demais. O **Centro Popular da Mulher** trabalha sobretudo apoiando e ajudando as mulheres a se organizarem para reivindicarem seus direitos. Em relação aos órgãos entrevistados, a entidade parece ser a mais presente na zona rural, tanto em frequência, quanto em tempo de luta junto às mulheres do campo.

Além disso, em termos de ações outra entrevista que apontou diferenças foi com a **Joana**, cuja ação era de busca ativa e de construção de espaços de debate com mulheres e homens. Isso porque, apesar da falta de apoio institucional da prefeitura, ela não espera as mulheres buscarem ajuda. No entanto, isso só é possível porque ela conhece todo mundo e fica sabendo do que acontece e então vai atrás do casal em questão. E seu trabalho busca a conscientização das famílias, ela faz conversas de roda, e também de casais em particular para tentar agir na causa do problema. Suas ações se baseiam na sua convicção de que a causa (seção 2 em que discutimos os sentidos atribuídos às caudas da violência de gênero) está na falta de respeito, a educação machista, e que isso só pode ser mudado se os homens estiverem

envolvidos nas ações de combate à violência de gênero, para tentar mudar o que a sociedade pensa, a maneira como a mulher é tratada.

Nessa seção, aprendemos que as manifestações extra-discursivas da estrutura social machista varia de acordo com o contexto, sobretudo em termos de recursos materiais e equipe disponíveis para combater a violência de gênero nesse contexto. Além disso, percebemos que as manifestações extra-discursivas estão em constante relação com a manutenção da estrutura social, como o exemplo de que as mulheres não conseguem alugar uma casa ou mudar o filho de creche afeta a possibilidade prática de sair de uma situação de violência. Enfim, discorreremos na próxima seção com maior profundidade os resultados e as contribuições da pesquisa.

5. Considerações Finais

Nossa pesquisa teve como objetivo responder à pergunta: Como a estrutura social do machismo se manifesta nos contextos urbano e agrário? A partir desse trabalho notamos que a estrutura social do machismo está presente nos dois contextos, urbano e agrário, porém se manifesta de jeitos diferentes. No contexto agrário, de acordo com os entrevistados, o machismo se manifesta de forma mais aberta, com o reforço dos papéis tradicionais de gênero de que o papel da mulher é cuidar da casa e dos filhos e o homem de prover financeiramente a família, estando em uma posição de superioridade. Já no contexto urbano, a manifestação da estrutura social machista adquire outras formas, sendo que há uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho e no discurso as pessoas não reproduzem os papéis de gênero tradicionais, porém na prática acabam acontecendo ainda reproduções desses mesmos papéis de uma forma mais sutil, pelo modo que a mulher deve se vestir, pela educação diferente dada aos filhos de diferentes gêneros etc.

Também nos perguntamos como essas manifestações do machismo são impactadas e impactam a formulação de políticas públicas para mulheres em situação de violência. As manifestações do machismo impactam a formulação de políticas públicas para mulheres em situação de violência porque levam a políticas com pouca infraestrutura, equipe e orçamento e porque abre uma brecha maior entre formulação e implementação porque mesmo que se os formuladores não tenham discursos machistas, no momento do discurso em ação as ações nas delegacias especializadas reproduzem papéis de gênero tradicionais e culpabilizam as mulheres em situação de violência.

Enfim, queríamos descobrir também se existem ou não diferenças na manifestação do machismo especificamente em termos de violência de gênero nas zonas urbana e agrária. Nosso estudo mostrou via discursos que há muita divergência nesse ponto, mas que a maioria dos entrevistados acredita que a diferença é que no contexto agrário os tipos de violência predominantes são patrimonial e psicológico, enquanto no contexto urbano há uma maior incidência de violência física relativamente. No entanto, essa foi uma limitação da pesquisa porque a quase-

totalidade dos entrevistados relatou estar discorrendo sobre algo de que não conhece, por não terem dados oficiais gerados sobre a violência contra mulheres em zonas agrárias e por não terem contato com essas mulheres nas organizações em que trabalham.

Ao longo desse trabalho, estudamos as principais referências teóricas que precisávamos para analisar o problema em questão, principalmente para colocar em evidência que as políticas públicas estão inseridas em *lugares* que influenciam e são influenciados pela construção de sentidos que ocorre no momento de determinação de um problema pública e de como ele será tratado pelo Estado. Nosso referencial teórico se juntou à metodologia, o que permitiu não só a organizar o conhecimento científico com base nas premissas da teoria, mas também a olhar para a nossa pesquisa sempre com um olhar crítico de tentar enxergar as possibilidades de mudança da estrutura social.

A partir do referencial teórico e da metodologia, demos início ao trabalho de estabelecer um roteiro semi-estruturado para as entrevistas, depois conseguir agendar as entrevistas, fazer as mesmas, transcrever as entrevistas e, enfim, analisar tudo como um conjunto à partir da metodologia do realismo crítico e das referências teóricas que buscamos. Isso nos permitiu enxergar os principais temas que surgiram ao longo das entrevistas e organizá-los de acordo com os domínios do realismo crítico: real, atual e empírico. Depois disso, estabelecemos um diálogo entre o referencial teórico e as entrevistas de atores de organizações que lidam com a questão da violência de gênero. Isso foi relevante também em termos metodológicos, porque percebemos que existem construções de sentidos na academia, que apontamos no referencial teórico, que às vezes não chegam à esfera dos atores que formulam e implementam políticas públicas, ou quando chegam, elas impactam a esfera do atual (discursos), sem necessariamente serem complementadas por mudanças no domínio real (estrutura social de desigualdade de gênero), nem nos elementos extra-discursivos que permitem mudanças efetivas no domínio empírico (de políticas públicas lidar com a questão da violência de gênero).

Nesse sentido, um dos pontos que surgiu ao longo de todas as entrevistas foi o foco das ações levadas a cabo pelas organizações. Tanto no domínio atual, dos discursos, quanto no domínio empírico, das políticas públicas, o principal sentido dado à violência de gênero é de que a conscientização das mulheres se faz necessária. Os discursos vão desde a falta de informação da mulher, a ira gerada também pela mulher, a ausência da mulher enquanto cumpridora de seu papel social na família, dentre outros, foram apontados como causas para a violência de gênero. Além disso, mesmo quando os discursos não eram culpabilizadores da mulher, eles giravam em torno da cultura, de modo bem genérico, como a sociedade patriarcal e machista, como causas para a violência de gênero.

Isso implica na transformação desses discursos em ações de conscientização, como campanhas, produção de informativos, palestras, entre outras. É interessante perceber que não há nesses casos políticas públicas que deem conta de efetivamente resolver o problema de uma mulher em situação de violência, isto é, empoderá-la para sair da situação com meios materiais para fazê-lo e com uma proteção efetiva do Estado em que ela é tratada como cidadã de direitos e não como vítima. Isso demonstra que estão sendo produzidos e reproduzidos discursos na esfera *atual* sem necessariamente mudar a esfera *real* porque falta empoderamento das mulheres em termos de recursos extra-discursos da esfera *empírica*. Além disso, o tipo de ações adotadas por essas organizações acabam sendo rasas, porque ao mesmo tempo em que não atacam o problema diretamente na correção *a posteriori*, também não lidam com a causa no domínio real, isto é, a estrutura social.

Ou seja, ao lidar somente com as mulheres em termos de conscientização, a maioria das organizações não está atacando a estrutura social, porque os homens fazem parte desta e não são chamados para a discussão. Além disso, algumas dessas ações de conscientização são vazias até para o público-alvo, as mulheres, porque muitas vezes as mulheres que buscam a ajuda do Estado para lidar com a violência de gênero não sabem ler, ou então não podem atender a essas ações por estarem em zonas agrárias em que estão muito mais vulneráveis em termos de exposição ao agressor ou ao resto da comunidade.

Nesse sentido, também achamos relevante em todas as entrevistas a maneira como são recepcionadas as mulheres em situação de violência. De maneira geral, são montadas equipes multidisciplinares que tratam cada situação casuisticamente. A primeira vista, nossa impressão foi de que essa era uma boa maneira de lidar com o problema da violência doméstica, porque cada mulher está inserida em um contexto diferente. Porém, ao longo das entrevistas notamos que o domínio do real acaba influenciando esta casuística e diminuindo seu potencial empoderador. Isso acontece porque a estrutura social machista acaba levando a análise de caso para um julgamento social da mulher, em que muitas vezes o discurso anterior ao seu atendimento (domínio atual) influencia diretamente a ajuda que ela vai receber do órgão (domínio empírico).

Explorando mais a questão das zonas urbana e agrária, há evidências de que a zona agrária é muito pouco conhecida pelas organizações que lidam com a violência de gênero. Em relação ao contexto urbano, as organizações parecem convergir mais em termos de discursos sobre as manifestações do machismo nas cidades e as causas da violência de gênero nas mesmas. Porém, o mesmo não acontece em relação às zonas agrárias.

É importante ressaltar que na maioria das entrevistas, quando explicamos os objetivos da pesquisa, os entrevistados começavam a conversa afirmando seu desconhecimento do que acontece na área agrária, mesmo quando se tratavam de organizações cuja amplitude de atuação *de jure* (BAUMAN, 2001) incluía essas localidades. Agravam essa questão tanto elementos extra-discursivos, como a falta de profissionais e dados pouco confiáveis sobre o que acontece devido à subnotificação, como também os discursos formados pelos atores sobre a zona agrária. Apesar de se colocarem quase sempre como incapazes de comentar sobre a zona agrária, ao longo das entrevistas surgiram vários discursos sobre como o machismo se manifesta no contexto rural, as suas causas, e como isso se tornava violência contra a mulher. Notamos então que os sentidos construídos eram muito heterogêneos em relação aos entrevistados, e formados com base em um caso específico com o qual tiveram contato, ou às vezes sem contato nenhum com mulheres da zona agrária. Isso mostra como o domínio do real é forte na determinação dos discursos, e a falta da

experimentação empírica dos atores com a realidade das mulheres em situação de violência em contextos agrários intensifica a estrutura social machista pela reprodução de discursos machistas para suprir o vácuo do conhecimento sobre essa situação.

Por fim, todos esses pontos colocados são evidências que mostram como os três domínios da vida social impactam na existência ou não de políticas públicas para mulheres em situação de violência nas zonas urbana e agrária. Ou seja, quando se muda os discursos sem mudar os elementos extra-discursivos nem a estrutura social, as mudanças não são profundas o suficiente para atacar um problema complexo como este e acabam por vezes tendo um efeito perverso de reproduzir as causas deste mesmo problema, transmitindo a impressão de que ele está sendo de fato resolvido.

5.1. Implicações para a Prática

As reflexões geradas nesse trabalho pretendem ser úteis para mudar o problema na prática, dado os objetivos críticos da ACD. Nesse sentido, acreditamos que um dos achados que move ações práticas é a invisibilidade da violência contra a mulher em contextos agrários. Não há dados sendo gerados sobre essas mulheres em situação de violência, até porque elas não costumam chegar às instituições formais que lidam com o problema. Nesse sentido, apontamos para a urgência dessas instituições buscarem ativamente essas mulheres em situação de violência na zona agrária, para conhecerem melhor as demandas específicas desse público e poderem então compreender melhor o problema.

Também no que diz respeito à invisibilidade, há pouca produção acadêmica utilizando a ontologia do Realismo Crítico para se pensar em violência de gênero e não encontramos nenhuma bibliografia que discuta o contexto específico de mulheres em situação de violência em zonas agrícolas. A academia poderia então ajudar a colocar esse tema na agenda e a delimitar mais detidamente as manifestações da estrutura social machista nesse contexto.

Enfim, acreditamos que uma contribuição prática está relacionada às evidências encontradas de que a maior parte dos esforços do poder público para

atacar a violência contra a mulher está focada em campanhas de conscientização. Queríamos apontar que uma contribuição desse trabalho é apontar que as campanhas de conscientização não mudam nem a estrutura social, nem os elementos extra-discursivos das mulheres em situação de violência, como a necessidade de recursos financeiros para poder sair de casa e caminhos institucionais para poder por exemplo mudar os filhos de creche quando estão nessa situação.

5.2. Limitações da Pesquisa

Apesar das contribuições teóricas e práticas da pesquisa, houve uma mudança no que se pretendia inicialmente estudar pela falta de dados acerca do contexto agrícola e pouco contato das organizações com mulheres em situação de violência nesse contexto. Dessa forma, essa pesquisa é limitada porque apesar de querer entender os diferentes contextos, a compreensão no contexto urbano foi muito maior.

Nesse sentido, os discursos coletados acerca do contexto agrícola eram apontados pelos próprios entrevistados como impressões infundadas por não se basearem na sua experiência profissional, nem em conhecimento teórico pela inexistência de estudos. Assim, os discursos eram muito mais heterogêneos do que os que dizem respeito ao contexto urbano e demonstrou que não há diagnóstico desse problema e que os sentidos acerca do mesmo ainda estão sendo construídos pelos profissionais que trabalham na área e por enquanto está negociada mais a inação do que o como agir.

Por fim, como apontamos ao longo do trabalho, não encontramos experiências concretas de políticas públicas para mulheres em situação de violência nas áreas agrárias no estados de Goiás e São Paulo. Desta forma, achamos relevante continuar essa busca por experiências que lidam com esse problema em uma pesquisa posterior.

6. Referências Bibliográficas

ALVES, Mario Aquino. *Análise Crítica do Discurso: Exploração da Temática*. GVPesquisa, São Paulo, 2006.

BANDEIRA, Lourdes Maria. *Violência de Gênero: a Construção de um Campo Teórico e de Investigação*. Revista Sociedade e Estado – Volume 29, Número 2, Maio/ Agosto, pgs. 449-469, 2014.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2001.

BHASKAR, Roy; LACLAU, Ernesto. “*Critical Realism and Discourse Theory: Debate with Ernesto Laclau*”. Em BHASKAR, Roy, “From Science to Emancipation: Alienation and the Actuality of Enlightenment.” London, SAGE, 2012.

CAROLAN, Michael. *Realism without Reductionism: Toward an Ecologically Embedded Sociology*. Human Ecology Review, Vol. 12, No. 1, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. “General Introduction”. Em “*Critical Discourse Analysis*”. 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. “Critical Realism and Semiosis”. Em “*Critical Discourse Analysis*”. 2010.

FREDERICKSON, H. Toward a Theory of The Public For Public Administration. University of Kansas, Administration & Society, Vol. 23 No. 4, pgs395-417, Fevereiro, 1991.

GOMES, Marcus Vinicius Peinado. A Theory of Fields: the role of institutional structures and the matter of ‘field duality’. *Consolidating neo-institutionalism in the field of organizations: Recent Contributions*. SAGE. 2014a.

GOMES, Marcus Vinicius Peinado.b. “*Creating Meanings, Changing Contexts: Contested Sustainability in the Brazilian Beef Industry*”. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2014b.

IBGE. *Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010*. 2010. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf/tab1.pdf acessado em 08.03.2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Caldas Novas*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520450&idtema=1&search=goias|caldas-novas|censo-demografico-2010:-sinopse-> acessado em 18.02.2015.

IBGE.b. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Caldas Novas*. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520870&search=goias|goiania> acessado em 08.06.2015.

IBGE.c. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Professor Jamil*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521839&idtema=1&search=goias|professor-jamil|censo-demografico-2010:-sinopse-> acessado em 18.02.2015.

LAESER. *Tempo em Curso*. Ano VI; Vol. 6; nº 1, Janeiro, 2014.

LORENTE, Miguel. *Post-Chauvinism and the meaning of Violence Against Women*. Disponível em http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/documents/background_note_violence_against_women_en.pdf acessado em 30.07.2015.

MACIEL, Débora Alves. *Ação Coletiva, Mobilização do Direito e Instituições Políticas: O Caso da Campanha da Lei Maria da Penha*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 26, Número 77, Outubro, pgs.97-245, 2011.

MENEGHEL, Stela et al. *Repercussões da Lei Maria da Penha no Enfrentamento da Violência de Gênero*. Ciência & Saúde Coletiva, Volume 18, Número 3, pgs.691-700, 2013.

OSWICK, C; PHILLIPS, N. *Organizational Discourse: Domains, Debates, and Directions*. The Academy of Management Annals, 6:1, 435-481. 2012.

PHILLIPS, N; SEWELL, G; JAYNES, S. *Applying Critical Discourse Analysis in Strategic Management Research*. Organizational Research Methods, 2008. Disponível em <http://orm.sagepub.com/content/11/4/770>, acessado em

08.09.2014.

PUTNAM et al. *Introduction: Organizational Discourse: Exploring the Field*. Handbook of Organizational Discourse, 2004. Disponível em http://www.sagepub.com/upm-data/9486_17666intro.pdf, acessado em 09.09.2014.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. Editora Hucitec, 2 edição, São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização – do Pensamento Único à Consciência Universal*. 5 edição. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

SÃO PAULO. GOVERNO ESTADUAL. *Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania*. Disponível em <http://www.justica.sp.gov.br/sites/SJDC/> acessado em 18.01.2015.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria de Política Pública. *Políticas Públicas: Coletânea - Volume 1*. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2006.

SAYER, Andrew. Abstraction: A Realist Interpretation. *Critical Realism: Essencial Readings*. Routledge. London and New York. 1998.

SCHATZKI, Theodore. *On Organizations as they Happen*. Organization Studies, SAGEPUB, 2006. Disponível em: <http://oss.sagepub.com/cgi/content/abstract/27/12/1863> acessado em 20.08.2014.

SCHATZKI, Theodore R. *Peripheral Visions: The Site of Organizations*. Organization Studies, vol. 26, no. 3, p. 465-484, 2005.

SOUZA, Caio Motta. *Planejamento Estratégico como Prática: Um Estudo de Caso em uma Empresa Organizada por Projetos*. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2009.

SPINK, Peter. *O Lugar do Lugar na Análise Organizacional*. Revista de Administração Contemporânea, 5, Edição Especial, 11-34, 2001.

SPINK, Peter. *On Houses, Villages and Knowledges*. SAGEPUB, 2001. Disponível em: <http://org.sagepub.com/content/8/2/219>, acessado em 21.08.2014.

SPINK, Peter. *O Pesquisador Conversador no Cotidiano*. Psicologia e Sociedade (Impresso), v. 20, p. 70-77, 2008.

SUBIRATS, Joan et al. *Análisis y gestión de políticas públicas*. Barcelona:

Editorial Ariel, 2012.

TRERJ. *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Nós Vamos acabar com ela!* 2 edição. 2013. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1607514/cartilha-lei-maria-penha.pdf>> acessado em 30.07.2015.

7. Anexos

7.1. Roteiro SEMIRA

1) Na sua opinião, o que é política de gênero? Existe alguma especificidade na hora de elaborar esse tipo de política? O que a diferencia e/ou aproxima de políticas de outras áreas?

2) O que você acredita que são as causas das desigualdades de gênero? A SEMIRA combate as causas diretamente, como?

3) Como foi a evolução do tratamento da questão de gênero no Estado? Qual a estrutura organizacional da secretaria para lidar com a violência de gênero?

4) O que significa para você o fato de políticas de gênero serem transversais? Como isso se materializa na ação da SEMIRA?

5) Quais são os desafios na hora de formular e/ou implementar políticas transversais? O machismo se manifesta nesses momentos, na hora de lidar com outras secretarias que não atuam diretamente com a questão de gênero?

6) A mudança para uma secretaria mais ampla em termos de temas abarcados muda a maneira como a transversalidade é abordada? Como?

7) A transversalidade também muda de acordo com os contextos urbanos e rural? Como ela se relaciona a esses contextos?

8) Como o machismo se manifesta na sociedade? E na área rural? E na área urbana? Compare as duas. Existem outros fatores culturais que diferenciam a área rural e urbana e que influenciam a maneira como a violência de gênero se manifesta?

9) Existe diferença entre violência de gênero nos âmbitos rural e urbano?

10) Se sim, quais as implicações dessa diferença? E a secretaria incorpora essa diferença na formulação das suas políticas públicas?

11) O Estado consegue chegar a uma mulher vítima de violência da mesma maneira na área urbana e rural?

12) Você sente diferença na maneira como os funcionários, policiais, delegados etc lidam com a violência de gênero em zonas mais rurais ou urbanas?

Como essa diferença se manifesta e como a SEMIRA lida com a diferença entre atores parceiros?

13) Como surgiu a SEMIRA ? Quais foram os atores importantes? Qual era e é a sua relação da SEMIRA com outros órgãos do governo do Estado?

14) Quais são as políticas públicas da secretaria direcionadas para o enfrentamento da violência de gênero? Como elas começaram ? Como elas funcionam?

15) Qual é o histórico da política dos ônibus multidisciplinares que vão ao campo? Como foi a aceitação pela população? Continuidade?

7.2. Formulário de Consentimento: Entrevista

Mulheres em situação de vulnerabilidade social: Contextos, Construção Simbólica e Políticas Públicas

Beatriz Junqueira Kipnis

FGV-EAESP

Sou Beatriz Junqueira Kipnis, aluna de graduação em Administração Pública na Fundação Getulio Vargas de São Paulo. Estou fazendo uma pesquisa de iniciação científica, sob orientação dos Prof. Dr. Marcus Vinicius Peinado Gomes e Prof. Dr. Fernando Burgos. O objetivo desta pesquisa é descobrir se e como os contextos agrícola e urbano impactam na formulação de políticas públicas para mulheres em situação de violência e quais as implicações de semelhanças e diferenças dos mesmos para o cotidiano do público beneficiário. Gostaríamos de contar com a sua participação voluntária para a parte de campo da pesquisa, pois acreditamos que conhecer a experiência prática possibilitará e enriquecerá as análises dessa pesquisa. Para isso, deixamos explicitada nossa ética de pesquisa e pedimos que assine esse formulário em caso de consentimento.

1. Confidencialidade:

Esta entrevista tem como objetivo coletar informações para esta pesquisa e portanto possui objetivo estritamente acadêmico. Qualquer comentário, opinião ou

avaliações que você fizer serão tratados com confidencialidade e analisados apenas para os interesses desta pesquisa.

2. Permissão para citação:

Eu gostaria de poder citar diretamente trechos de nossa conversa nos relatórios e publicações oriundas desta pesquisa. Caso deseje manter seu anonimato, por favor manifeste sua preferência antes do início da entrevista.

3. Participação:

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e você não receberá nenhum pagamento para tal.

Você pode decidir a qualquer momento, por qualquer razão, em não mais fazer parte desta pesquisa. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, você pode fazer perguntas a mim em qualquer momento.

3. Gravação:

Gostaria de pedir sua permissão para gravar nossa entrevista com o único propósito de facilitar o processo de pesquisa. Se você não concorda com a gravação, por favor manifeste sua preferência antes do início da entrevista.

Assinatura do Entrevistado _____

Data: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Data: _____

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, por favor entrar em contato com Beatriz Kipnis, bjkipnis@hotmail.com ou Dr. Marcus Gomes, marcus.gomes@fgv.br.